



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Giovanna Barros Gomes

**“Aulas presenciais, só com segurança sanitária!”: Uma etnografia sobre as regulamentações educacionais e vivências de professoras e professores durante a pandemia em Florianópolis/SC**

Florianópolis  
2023

Giovanna Barros Gomes

**“Aulas presenciais, só com segurança sanitária!”: Uma etnografia sobre regulamentações educacionais e vivências de professoras e professores durante a pandemia em Florianópolis/SC**

Dissertação submetida ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flavia Medeiros Santos.

**Florianópolis  
2023**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gomes, Giovanna Barros

"Aulas presenciais, só com segurança sanitária!" : Uma etnografia sobre as regulamentações educacionais e vivências de professoras e professores durante a pandemia em Florianópolis/SC / Giovanna Barros Gomes ; orientadora, Flavia Medeiros Santos, 2023.

67 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, , Programa de Pós-Graduação em , Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Antropologia Social. 2. Educação. 3. Florianópolis/SC.
4. Pandemia de Covid-19. I. Santos, Flavia Medeiros.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em . III. Título.

Giovanna Barros Gomes

“Aulas presenciais, só com segurança sanitária!”: Uma etnografia sobre regulamentações educacionais e vivências de professoras e professores durante à pandemia em Florianópolis/SC.

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Marcos Alexandre Veríssimo da Silva  
Instituição SEEDUC/RJ

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alexandra Eliza Vieira Alencar  
Instituição PPGAS/UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flavia Medeiros Santos  
Orientadora

Florianópolis, 2023.

A todas as professoras e professores, toda a minha admiração.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a todas as professoras e professores que confiaram a mim expor momentos que foram tão delicados para si em meio à pandemia, assim como por todo o carinho e disposição com a pesquisa.

Agradeço fortemente minha família, referenciando em memória meus avós e bisavós, assim como meu irmão, Bruno, que me abriram os caminhos e dos quais sinto imensa falta. Um agradecimento mais que especial à minha mãe, por todo seu amor, cuidado, paciência e incentivo, além de ter me ensinado e passado o amor à educação. Minha querida mãe, obrigada por todo apoio a cada passo.

Gostaria de agradecer especialmente ao meu companheiro, Jackson, que antes mesmo de ter consigo entrar efetivamente no mestrado, esteve ao meu lado me incentivando enquanto pesquisadora, além de ter me auxiliado e possibilitado grande parte de meu campo. Agradeço imensamente por ter você ao meu lado em todos os momentos, principalmente nos momentos de anseio que tive durante minha pesquisa e escrita, em que me contemplasse com toda sua paciência, compreensão, amor e carinho.

Agradeço às minhas amigas Gabriela, Nicolle e Kalena, por todo amor, apoio e companheirismo. Vocês são pessoas incríveis que a vida me deu.

Um agradecimento especial ao meu amigo Cuca, por estar sempre ao meu lado me incentivando fortemente, sendo uma das primeiras amizades que a UFSC me proporcionou.

Agradeço a todas/os/es colegas do curso de Graduação em Antropologia, assim como as/os colegas de Mestrado em Antropologia, pelo companheirismo durante nossa formação, onde nos apoiamos fortemente para que os dias fossem mais tranquilos, principalmente ao cursar mestrado em meio a uma pandemia mundial.

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, a todas as professoras e aos professores que estiveram ao meu lado também na minha graduação. Agradeço a vocês simplesmente por tudo. Gostaria ainda de agradecer a todas/os/es colegas de Pós-Graduação em Antropologia.

Agradeço ao Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS) e à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miriam Pillar Grossi, por terem me proporcionado grandes oportunidades enquanto bolsista de iniciação científica com bolsa CAPES e bolsa CNPq durante minha graduação, me fazendo chegar até aqui.

Gostaria de agradecer à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alexandra Eliza Vieira Alencar, Xanda, por ter me guiado e me ensinado tanto desde a graduação, além de obviamente estar presente em todas as minhas conquistas acadêmicas e me incentivando a realizar novas conquistas.

Agradeço ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Marcos Verissimo, por aceitar participar de minha banca de defesa de dissertação e, de antemão, agradeço por todo o aprendizado com suas observações, assim como por me instigar a novas perspectivas.

Gostaria de agradecer à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alinne Bonetti, por estar ao meu lado nesse momento e por todos os ensinamentos.

Agradeço ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Osmundo Pinho, por toda inspiração, aprendizado e por participar de um momento tão imensamente importante como minha qualificação.

Agora gostaria de realizar um agradecimento mais que especial à minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flavia Medeiros, que esteve presente em minha vida. Desde o final de minha graduação, pensei em realizar o mestrado e, mesmo me conhecendo tão pouco naquele momento, me apoiou fortemente, principalmente quando posteriormente realizei a seleção de doutorado. Obrigada, Flavia, por me proporcionar tantas oportunidades, por ser uma orientadora tão compreensiva e, principalmente, por acreditar muito em mim. Sou extremamente agradecida por nossa vivência que me constitui enquanto a atual pesquisadora e antropóloga que sou.

Gostaria de agradecer à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que tem sido meu segundo lar desde 2015, principalmente por tudo que me proporcionou.

Por fim, gostaria de agradecer e enfatizar fortemente este agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, através de suas bolsas, realizei minha formação acadêmica como um todo, tendo minha primeira oportunidade em iniciação científica na graduação e atualmente enquanto bolsista na pós-graduação, sendo através dessa bolsa que consigo chegar até o momento que tive a oportunidade de realizar o mestrado.

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”  
Nelson Mandela

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas.  
Pessoas transformam o mundo.”  
Paulo Freire



## RESUMO

Esta dissertação trata-se de uma pesquisa realizada de 2020 a 2022, acompanhando acontecimentos relacionados à educação em Florianópolis, capital de Santa Catarina, em meio à pandemia de Covid-19. A pesquisa foi realizada a partir de vivências de professoras e professores da rede pública de Florianópolis em relação às regulamentações governamentais no âmbito municipal, estadual e federal. O objetivo da pesquisa foi compreender como as constituições de tais regulamentações e posicionamentos governamentais afetaram aquelas e aqueles que praticam a arte de ensinar. A partir do olhar antropológico, realizei esta pesquisa compreendendo a relação destas vivências de modo a impactar a educação na capital, influenciando, por exemplo, a greve de 2021 e a liberação antecipada da vacinação a professoras e professores. Além disso, o período de 2020 ocorreu com o ensino virtual, 2021 com o ensino híbrido e, por fim, 2022 com o ensino presencial. O estudo de campo foi realizado em primeiro momento virtualmente, posteriormente acompanhando assembleias presenciais e, por fim, com um grupo focal online.

**Palavras-chave:** pandemia de Covid-19; educação; antropologia; professoras/es.

## ABSTRACT

This dissertation is a study carried out from 2020 to 2022, following events related to education in Florianópolis, capital of Santa Catarina, during the Covid-19 pandemic. This research focuses on the experiences of professors of the public education system of Florianópolis, in relation to the governmental regulations of the municipality, state and federal. The objective of this research was to understand how the constitutions of these norms and governmental postures affect those who practice the art of teaching. From an anthropological approach, I conducted this study understanding the relationship of these experiences to impact education in the capital, thus influencing, for example, 2021 teachers' strike and the early release of vaccination for teachers. Additionally, the period of 2020 was marked by virtual teaching, 2021 by hybrid teaching and, finally, 2022 by face-to-face teaching. The field survey was performed at first virtually, then following the face-to-face assemblies and finally, with an online focus group.

**Keywords:** covid-19 pandemic; education; anthropology; teachers.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto da Reportagem de Flávia Said, publicada em 03.08.2020.....	17
Figura 2 – Foto retirada de notícia vinculada à página de Instagram da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG). .....	19
Figura 3 – Fotografia retirada da reportagem do G1 .....	20
Figura 4 – Fotografia retirada da reportagem do Exame.....	21
Figura 5 – Postagem realizada por professor na rede social Twitter, que circulou em perfis de professoras e professores .....	27
Figura 6 – Fotos realizadas e compartilhadas por Flor em relação ao ato de seu relato .....	29
Figura 7 – Imagem sobre postagem da secretaria de educação do Governo de Santa Catarina sobre a vacinação de profissionais da educação, realizada em sua rede social .....	30
Figura 8 – Postagem de Girassol em sua rede social.....	37
Figura 9 – Trecho de comentários realizados por Girassol e sua colega ao post acima.....	37
Figura 10 – Imagem ilustrativa de tabela indicando o acompanhamento de casos de Covid-19 no sul da Ilha de Florianópolis .....	46
Figura 11 – Imagem recuperada do Instagram Educação SC.....	48
Figura 12 – Reportagem do veículo de comunicação NSC Total - Educação .....	49
Figura 13 – Imagens retiradas do Instagram da Secretária de Educação de Santa Catarina, em relação à postagem da Portaria nº 900, de retorno de atividades presenciais, porém não aplicável as escolas de rede pública estadual.....	50
Figura 14 – Captura de tela de comentários presentes na imagem anterior em relação ao retorno presencial, sendo ambos contrários ao retorno.....	50
Figura 15 – Captura de tela dos comentários presentes na imagem anterior, em relação ao retorno presencial. Nesta captura temos dois comentários contra o retorno, em contrapartida, de dois a favor. ....	51
Figura 16 – Captura de imagem de mensagem com proposta de projeto para retorno obrigatório das aulas que circulava em grupos de WhatsApp de Florianópolis. ....	52

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACT	Admissão de Professores em Caráter Temporário
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DOU	Diário Oficial da União
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
PLANCON	Planos de Contingência
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SINEPE/SC	Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina
SINPROESC	Sindicato dos Professores no Estado de Santa Catarina
SINPROFPOLIS	Sindicato dos Professores de Florianópolis
SINTE/SC	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina
SINTRASEM	Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis
STF	Supremo Tribunal Federal
UBES	União Brasileira das/os Estudantes Secundaristas
UCE	União Catarinense das e dos estudantes
UCES	União Catarinense de Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO ANTES, DURANTE A PANDEMIA.....</b>	<b>15</b>
1.1 REPERCUSSÕES EDUCACIONAIS .....	18
<b>CAPÍTULO 2 - O PASSADO PRESENTE ENTRE O LUTO E A LUTA.....</b>	<b>24</b>
2.1 A EDUCAÇÃO ESTÁ DE LUTO!.....	24
2.2 A REALIDADE DOCENTE EM MEIO À PANDEMIA.....	31
2.3 COMO TUDO COMEÇOU .....	34
<b>CAPÍTULO 3 - “POR UM RETORNO PRESENCIAL SEGURO! QUEREMOS SEGURANÇA SANITÁRIA!” .....</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO 4 – VOLTA ÀS AULAS EM MEIO À LUTA.....</b>	<b>55</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao pensarmos em educação, pensamos primeiramente em nossas memórias escolares, em nosso primeiro dia, a/o primeira/o ou favorita/o professora/professor, a matéria favorita e até mesmo aquela que não gostávamos, amizades, amores, enfim, diferentes tipos de memórias vinculadas à vida escolar. O antropólogo Tim Ingold (2020) discorre que, quando adultos, percebemos as diferentes instituições escolares pelas quais passamos ao decorrer de nossa vida e, ao pensarmos em educação, a escola permanece sendo a principal instituição escolar em relação à nossa ligação com o mundo.

Diante do objetivo desta pesquisa, irei me concentrar em acontecimentos vinculados à educação pública de Florianópolis, capital de Santa Catarina, em diálogo com as experiências daquelas/es que praticam a arte de ensinar. Ingold (2020) relata que, ao ouvirmos uma história, temos que nós mesmos fazer associações conosco, de modo a contemplar nossas histórias e experiências a partir do que denomina enquanto correspondência, ou seja, trata-se de experiência por associação. Essa correspondência, como explica o autor, se dá por “caminhar junto”, isto é, escutar o outro com atenção, correspondendo reciprocamente.

A partir do aspecto de correspondência, espero com esta pesquisa despertar isto a você, leitora/leitor, intercambiando vivências de professoras/es em meio a algo que afetou a todas/todos, a pandemia de Covid-19. O objetivo é descrever e refletir um pouco do que aconteceu na educação brasileira nesse contexto, mais precisamente na cidade de Florianópolis, e analisar por meio das vivências de professoras/es como a educação foi afetada.

As autoras Lesley Bartlett e Claudia Triana discorrem em seu artigo “Antropologia da Educação: introdução” (2020) que muitos antropólogos da educação contemporânea acabam por realizar pesquisas em sua própria sociedade, não deixando de trazer todos os aspectos e detalhes daquela etnografia, trazendo cada momento significativo e, provavelmente, político. Podemos pensar assim relacionado à concepção de Clifford Geertz (1973), que relata sobre a teia de significados que os humanos estão entrelaçados, em vista de se realizar algo próximo a si e sua realidade, pesquisando o significado em algo que se está entrelaçado.

Primeiramente, gostaria de situar que a pesquisa apresentada nesta dissertação tem como área de foco a antropologia para se pensar a educação. Desde minha graduação em Antropologia, vinculada a bolsas de iniciação científica, venho me debruçando por compreender o que ocorre na educação na cidade de Florianópolis. No ano de 2018, entrei em

projetos no Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS)<sup>1</sup>, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miriam Pillar Grossi. Sendo assim, o que desenvolvi e aprendi no núcleo se relaciona ao meu trabalho de conclusão de curso de bacharelado em Antropologia, intitulado “Conscientização Identitária de Mulheres Negras no Ensino Médio e Magistério em Florianópolis”<sup>2</sup>.

Nesta dissertação, apresentarei a pesquisa que venho realizando acerca do *modus operandi* relacionado à educação na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina, durante a pandemia de Covid-19.<sup>3</sup> Compreendendo a escola enquanto “instituição total social” (GOFFMAN, 1974)<sup>4</sup> e mecanismo de poder (BOURDIEU, 2014), sendo parte da agência do estado na construção de representações individuais e do coletivo (DURKHEIM, 2000), meu interesse se dá aos modos pelos quais o Estado exerce seu poder na regulação do ambiente escolar pela influência na construção de subjetividades, que, por sua vez, tem a ver com a construção de representações. Ou seja, o estabelecimento de opiniões e percepções sobre si mesmo na condição de professora/professor, estudante e de demais com quem se interage nas relações cotidianas no contexto educacional.

Sendo assim, esta pesquisa tem a educação enquanto objeto, a partir de um olhar antropológico, tendo em vista a reflexão realizada por Ingold (2020) de que a educação e a antropologia possuem princípios comuns, senão os mesmos. Nesta perspectiva, tal qual a antropologia, a educação é sobre atentar às coisas e o mundo. Esta pesquisa situa o olhar para a educação a partir da contemplação aos agentes interpelados pelas decisões tomadas em

---

<sup>1</sup> A bolsa de iniciação citada no ano de 2018 é referente ao projeto “Direitos Humanos, Antropologia, Educação: Experiências de formação em Gênero e Diversidades” e, posteriormente, no projeto “Etnografia das Políticas Públicas de Gênero, Sexualidades e Diversidades nos Governos Petistas” no Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS). Permaneci no núcleo até junho de 2020, quando me formei.

<sup>2</sup> Esta pesquisa foi desenvolvida em 2019 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com bolsa PIBIC CNPq, no Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS). O trabalho parte da trajetória da autora enquanto antropóloga paulista negra, estudante de antropologia na UFSC em diálogo com a trajetória de estudantes negras do ensino médio realizando Iniciação Científica no NIGS e estudantes negras do terceiro ano de formação em Magistério em uma escola pública da Grande Florianópolis, (GOMES, 2020). Este trabalho de conclusão de curso desenvolvido recebeu menção honrosa na primeira edição do Prêmio Lélia Gonzalez Edição de 2020, na 32<sup>o</sup> Reunião Brasileira de Antropologia.

<sup>3</sup> A pandemia de Covid-19 trata-se de uma disseminação da doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que teve seu primeiro alerta ao final de 2019 em relação ao número de contaminação em Wuhan, China. Em 2020, houve propagação global do vírus. Em virtude da pandemia, este projeto e esta pesquisa estão interpelados por diversas modificações a partir de novas regulamentações referentes à educação e constantemente realizadas.

<sup>4</sup> Goffman no livro “Manicônios, Prisões e Conventos” (1974) discorre que instituição total pode ser entendida enquanto local de residência e trabalho, sendo assim uma instituição de regime fechado. Apesar de a escola não ser colocada pelo autor como uma instituição total, compreende-se a proximidade entre a instituição escolar com as instituições totais trabalhadas por Goffman, como discutem algumas pesquisas como a tese de doutorado de Jason Gomes Rodrigues Santos, intitulada “Escola e Instituição Total: Aproximações e distanciamentos na escolarização de crianças” (2021). Podemos ainda pensar em caso específico, a escola enquanto instituição total em meio à pandemia, onde podemos analisar o *home office* de professoras e professores, e como a virtualização do ensino no contexto do isolamento social fez com que a escola tomasse conta do espaço doméstico.

relação à instituição. Na pesquisa, foram consideradas regulações acionadas no contexto da pandemia, como decretos, portarias, normas e acordos, como discorrem Medeiros e Anjos (2020), assim como o modo que afetou a educação e professoras/es de Florianópolis.

A partir de um olhar etnográfico, indago certas práticas e discursos relacionados à instituição escolar, que produzem e transformam relações em uma rede de violências simbólicas (BOURDIEU, 2014) e de exercício do saber-poder (FOUCAULT, 2007). Sendo assim, visa compreender os enunciados e as relações dos discursos de poder relacionados às práticas educacionais e os conflitos entre sujeitos no ambiente escolar. De acordo com Medeiros e Anjos (2020), a capital de Santa Catarina foi uma das primeiras do Brasil a realizar medidas em relação à pandemia após casos de Covid-19 serem identificados.

Esta pesquisa se relaciona à complementação das pesquisas já realizadas por mim, a fim de completar a triangulação entre instituição escolar, sujeitos pesquisados e pesquisadores (PINHO, 2018), compondo uma parte do cenário que se encontra carente de dados a partir da visão da própria instância institucional. A importância do diálogo e posições das/os próprias/os professoras e professores, como escreve Alexandra Eliza Vieira Alencar (2021), se dá pelo fato de que ocupar determinado lugar em uma instituição escolar possibilita o conhecimento sobre a instituição, sobre sua própria constituição de sujeito, assim como a constituição da própria instituição.

Jean Segata (2020) discorre sobre os diversos desafios enfrentados ao realizar uma etnografia online em meio a uma pandemia, tendo de se concentrar no constante aparecimento de novos dados, principalmente em vista que o digital se tornou o meio de se fazer etnografia. Em 2020, as aulas ocorreram em âmbito online de modo síncrono, ao vivo e assíncrono, ou eram aulas gravadas e o material disponibilizado. Em 2021, ocorreram de modo híbrido, ou seja, presencial e online, e em 2022, de modo completamente presencial. Deste modo, a realização do campo acompanhou o próprio campo e as regulamentações, ao mesmo tempo que as aulas aconteciam em âmbito online, a etnografia seguiu o mesmo caminho.

Utilizarei a etnografia enquanto forma de produção do conhecimento, pensando na mesma além de um método, mas empregando a vertente descritiva, interpretativa e de perspectiva teórica e prática (PEIRANO, 2014), pois é na produção de etnografias que os saberes são constantemente atualizados e o conhecimento antropológico se soma. Para tanto, utilizo a observação participante (MALINOWSKI, 1984), por meio virtual e presencial, com a manutenção do caderno e diário de campo para registro contínuo de minhas observações no decorrer da pesquisa. Referente aos diálogos e relato, assumo minha autoridade autoral em



relação às/aos professoras/es que me possibilitaram realizar esta pesquisa. Deste modo, mantereí o anonimato, como discorre Claudia Fonseca (2010).

Para contextualizar a pesquisa que realizei, no primeiro capítulo, discorro sobre os acontecimentos referentes à educação antes e durante a pandemia, com foco primeiramente nos acontecimentos relacionados ao Ministério da Educação e os primeiros acontecimentos relacionados à pandemia e à educação no Brasil. Em seguida, no segundo capítulo, trago a realidade de professoras e professores em meio à pandemia de Covid-19, enfatizando as vivências de 2020 e 2021. No terceiro capítulo, apresento as repercussões e regulamentações no estado de Santa Catarina e na capital, Florianópolis. No quarto capítulo, trago o relato da realização de um grupo focal com três professoras/es, fazendo uma retrospectiva das vivências em meio à pandemia, enfatizando os acontecimentos de 2022. Por fim, nas considerações finais, reflito a importância de realizar uma nova vertente desta pesquisa por outra perspectiva, a das instituições envolvidas.

## CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO ANTES, DURANTE A PANDEMIA

O campo escolar que irei contextualizar nesta dissertação trata-se da educação na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina, durante os anos de 2020 a 2022, em meio à pandemia de Covid-19. Para apresentar o contexto da educação em Florianópolis, torna-se necessário primeiramente contextualizar a educação no Brasil em meio à pandemia, pois tais colocações causaram repercussões que reverberaram na capital catarinense. Sendo assim, apresentarei primeiramente o contexto nacional, a partir de fatos ocorridos no Ministério da Educação (MEC), e em outros dois estados brasileiros: São Paulo e Amazonas, devido às repercussões midiáticas, e também por São Paulo ser o maior estado brasileiro e Amazonas o estado com maior índice de letalidade no início de 2021.

Assim, gostaria primeiramente de relatar sobre os acontecimentos vinculados ao MEC. Segundo o antropólogo Tim Ingold (2020), em uma sociedade democrática, cabe ao Estado assegurar à educação qualidade adequada, cuja responsabilidade é do Ministro da Educação, encarregado de supervisionar e regulamentar o que acontece. Bell Hooks (2020) discorre que as/os educadoras/es são parte essencial de ideias democráticas, a partir da valorização do aprendizado, mantendo-se a habilidade de pensar em relação a uma cidadania responsável, com liberdade de expressão, possibilidade de discordar com respeito e ser incentivado, partindo-se da ideia de uma educação democrática, assim como a sociedade que habita. Paulo Freire (2000) ressalta a importância da democracia em relação à qualidade da educação, além do poder pedagógico e educativo que proporciona.

Durante o período pandêmico, tivemos grandes repercussões envolvendo o MEC. Algumas se iniciaram em 2019, reverberando em 2020 e causando um ciclo de mudanças no ministério, como a fala de Abraham Weintraub ironizando a China em relação à pandemia. Diversos momentos implicaram em posições restritivas às áreas de ensino, seja ao que é ensinado como a quem recebe educação ou a quem ensina, como uma fala que gerou bastante repercussão do então ministro na época, Weintraub, sobre a destinação de recursos vindos de impostos para a formação universitária, de sociólogos, filósofos e antropólogos nas universidades públicas.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Algumas posições que envolvem o ambiente educacional amplamente, mas que também dialogam com o objetivo desta pesquisa em relação à demonstração ao discurso de poder vinculado ao Ministério da Educação e seus ministros, serão colocadas em notas de rodapé para trazer ao leitor/a um pouco mais sobre aspectos relacionados à educação brasileira na totalidade. Veja mais em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/06/14/weintraub-nao-quero-sociologo-antropologo-e-filosofo-com-meu-dinheiro.htm>. <https://diplomatique.org.br/para-o-projeto-bolsonarista-a-antropologia-e-inutil-ou-perigosa/>.

Tais implicações referentes ao MEC interferem nos acontecimentos sobre educação em âmbito nacional. Por isso, fez-se importante trazer um pouco do que foram as mudanças no cargo de Ministro da Educação. Tal instabilidade não atingia somente o MEC, mas influenciava também, de maneira implícita, a autonomia dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) referente ao modo que cada estado poderia realizar suas regulamentações conforme seus casos e “estágio pandêmico”. Sendo assim, o STF afirmou que, apesar das medidas governamentais federais, os estados e municípios teriam competência para legislar sobre saúde pública, realizando providências e medidas normativas em relação à pandemia em referência a suas próprias realidades.

Em fevereiro de 2020, houve o primeiro caso registrado por infecção de coronavírus no Brasil, como divulgado pelo Ministério da Saúde (MS). Em 18 de março de 2020, o MEC publicou no Diário Oficial da União (DOU) a autorização do ensino remoto ao invés das aulas presenciais, primeiramente para o ensino superior e, posteriormente, para a educação básica, com previsão de duração de um mês.<sup>6</sup>

Com o avanço da pandemia de Covid-19 pelo Brasil, o fechamento das instituições foi inevitável. Porém, os estados e prefeituras esperavam posições do MEC para então realizarem suas restrições e regulamentações seguintes, após o fechamento inicial das instituições.

Em abril, houve a decisão do STF<sup>7</sup> em garantir autonomia ao estado e aos municípios para realizarem suas regulamentações de enfrentamento e contingência de acordo com a demanda de cada um em relação à pandemia de Covid-19.

Em agosto de 2020, ocorreu a admissão do MEC ao STF sobre não se ter noção da realidade de como estava sendo o ensino remoto. Sendo assim, não se obtinham dados em relação a quem conseguia ou não acompanhar o ensino remoto.

---

<sup>6</sup> Mais informações sobre as autorizações pelo MEC referente a cursos presenciais, assim como a posição do STF em relação à autonomia de estados e municípios e repercussões relacionadas, podem ser encontradas no link: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/86441-mec-autoriza-ensino-a-distancia-em-cursos-presenciais>

<sup>7</sup> Para mais informações acerca da repercussão relacionada a esta posição do STF, acesse o site: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobre-isolamento-de-estados-e-municipios-repercute-no-senado>

Figura 1 – Foto da reportagem de Flávia Said, publicada em 03.08.2020



**MEC DIZ DESCONHECER A REALIDADE DO  
ALCANCE DO ENSINO REMOTO NO PAÍS**

Fonte: Said (2020).

A reportagem citada na Figura 1 discorre tal informação a partir de um ofício expedido no dia 27 de julho de 2020, pelo Ministro da Educação Milton Ribeiro, que apresenta como que o MEC não saberia informar sobre a efetividade e a quantidade de estudantes que teriam acesso ao ensino remoto.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realizou um levantamento acerca dos impactos causados pela pandemia à educação, intitulado “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”, que contempla a educação básica. Esta pesquisa demonstrou que dentre 10 escolas, 9 (90,1%) não retornaram às atividades presenciais no ano de 2020. Além disso, evidenciou desigualdade ao comparar escolas públicas e particulares, pois somente 70,9% das escolas particulares permaneceram fechadas no ano de 2020, enquanto este número na rede pública foi de 98,4% para as escolas federais, 97,5% para as escolas municipais e 85,9% para as escolas estaduais.

E até hoje a gente não superou as adaptações metodológicas. Talvez foi o maior desafio do ano passado. Fizemos uma avaliação né, e agora como é que a gente chega nos alunos?

Tem criança que a gente não sabe onde tá, desde o ano passado e foi muito frustrante. Uma iniciativa foi a linha de transmissão, com o chip oferecido pela Prefeitura com o whatsapp, já se aproximou. Fazer entrevista com as famílias, eu participei de algumas delas. Ajudei a fazer questionário. Para conhecer a situação da família e se mandariam a criança com a escola abrindo novamente. Saber dessa família, saber localizar ela.

A gente perdeu em termo de abandono escolar, tá acontecendo um monte. Tem criança que não sabemos onde tá, têm família que não responde. Nosso trabalho virou técnico. A prefeitura não deu apoio material.

E o que atrapalhou foi a prefeitura, colocar em cada portaria que poderia voltar às aulas, invés de colocar que não iria voltar de modo nenhum, mediante o que estava acontecendo com a pandemia.

Houve abandono com essas famílias e crianças, sem querer entender como uma mãe com três filhos, e um celular vai fazer.

(Trecho de entrevista da Professora Flor<sup>8</sup> em 2021.)

<sup>8</sup> Para esta pesquisa, visando manter o anonimato das professoras e professores, serão utilizados nomes fictícios.

Segundo o Inep, houve registro de, em média, 279 dias de suspensão de atividades presenciais no ano de 2020, que causou grandes consequências. De fato, o estudo “Perda de Aprendizagem na Pandemia”, realizado pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) e pelo Instituto Unibanco, relatou que aproximadamente 17% dos estudantes aprenderam conteúdo de matemática e 38% de língua portuguesa em comparação às aulas presenciais.

Diante de tais informações, gostaria de ressaltar a preocupação de uma das professoras, a professora Tulipa, ao descrever que as aulas de 2020 iniciaram com a revisão do ano anterior, sendo apenas duas semanas de aula antes do início da pandemia. Tulipa coloca sua preocupação anteriormente à pandemia em relação ao aprendizado das/os estudantes, bem como situa como a dificuldade do aprendizado antes percebida ficaria em meio à pandemia, mencionando a dificuldade acerca do conteúdo como em relação à sociabilidade.

## 1.1 REPERCUSSÕES EDUCACIONAIS

Durante a pandemia de Covid-19, a educação no Brasil passou por diversas mudanças e impactos, incluindo a constante mudança de ministro do MEC. Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), houve o maior número de mudanças no comando do MEC, totalizando quatro indicações de nomes em um ano e meio de gestão.<sup>9</sup>

O primeiro a ocupar o cargo de ministro do MEC foi Ricardo Vélez, que ficou cerca de três meses e foi demitido após medidas em sua gestão causarem grandes polêmicas. Em meio à pandemia, primeiramente houve a saída de Abraham Weintraub em junho de 2020, que estava como ministro em abril de 2019, após declarações realizadas contra o STF. Weintraub foi incluído no inquérito do STF por divulgação de notícias falsas e ofensas aos ministros da corte, além de também ter sido alvo de um inquérito por racismo por uma postagem que realizou em sua rede social sobre insinuações que fez sobre a China, no início da pandemia em abril de 2020.

Em 10 de junho de 2020, o Pastor Milton Ribeiro foi indicado como novo ministro do MEC. A indicação gerou grande alvoroço nas redes sociais e, posteriormente, nas redes televisivas e em jornais devido ao currículo do mesmo, sendo realizada uma análise de toda a formação do indicado. A indicação de Carlos Donatelli ao cargo gerou repercussão similar. Donatelli teve seu currículo analisado e questionado, e também foram realizados debates nas

---

<sup>9</sup> Para mais informações sobre os indicados ao Ministério da Educação, acesse: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60908879>

mídias sobre o modo agressivo referente às análises relacionadas a ele. Em decorrência das repercussões, o próprio pediu demissão pela revelação de dados falsos em seu currículo.

Por fim, houve “vazamento”<sup>10</sup> de vídeos do Pastor Milton Ribeiro defendendo a utilização da dor física enquanto mecanismo para educar as crianças, do mesmo modo que os pais que devem indicar a direção das decisões de suas famílias, sendo assim, o homem que deveria gerir toda a família. O jornal Uol online publicou transcrições dos dizeres de Ribeiro ensinando como educar as crianças utilizando uma “vara”, mas com cuidado para que “não se excedas a ponto de matá-la”.

O Pastor Milton Ribeiro assumiu em 16 de julho de 2020 como o quarto ministro da Educação do governo Bolsonaro e pediu demissão quase dois anos depois, em 28 de março de 2022, após denúncias de corrupção.

Figura 2 – Foto retirada de notícia vinculada à página de Instagram da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG)



Fonte: Instagram da ANPG (2020).

O ex-ministro foi preso em agosto de 2022, acusado de favorecimento a pastores na distribuição de verbas, além de crime de corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência, como repercutido posteriormente em páginas como da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG).

Como dito no início deste capítulo, o assunto retratado se refere às repercussões e acontecimentos relacionados ao MEC, que, conseqüentemente, atravessaram o campo educacional da capital. Conforme visto, os acontecimentos relacionados a quem ocupa o posto

<sup>10</sup> Reportagem referente ao dito no parágrafo: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/07/10/novo-ministro-da-educacao-defende-castigo-fisico-para-criancas.htm>

de ministro da Educação intervêm sobre o modo que as regulamentações educacionais são redigidas e colocadas em ação.

Após a colocação do STF, a partir das autonomias dos estados e municípios, um destaque de grande repercussão aconteceu em São Paulo em agosto de 2020, por ser a capital com maior preparação na área da educação, em relação à disponibilização dos planos educacionais sistematizados, se voluntariando para criar métodos de retorno e sistemas de ensino que poderiam ser padronizados nas capitais brasileiras para uma submissão avaliativa do MEC.

Dentre esses planos, estão a recriação do magistério para formação de professoras/es assistentes; novo ensino médio; reforço e revisão antes do retorno às aulas para compensar a aula à distância durante a quarentena e a reabertura das escolas em setembro; retorno das aulas presenciais em outubro; acréscimo de mais um ano no ensino médio para compensar o terceiro ano do ensino médio visando a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares.

Outra grande repercussão relacionada à autonomia trata-se da volta às aulas na rede pública em Manaus (AM) em agosto e os inúmeros memes e comentários que surgiram a partir deste fato. Para o retorno às aulas, o governo do estado distribuiu máscaras aos estudantes, além de orientações a serem seguidas no ambiente escolar. E foi exatamente as máscaras que causaram determinada polêmica, conforme ilustra a Figura 3. O tamanho da máscara não segue um padrão de uso para crianças e adolescentes, sendo extremamente maior em comparação à necessária e indicada para proteção.

Figura 3 – Fotografia retirada da reportagem do G1



Fonte: Oliveira (2020).

O tamanho da máscara incitou a criação de memes sobre o que a máscara parecia, o que ela poderia substituir e seus modos de usar, mas, principalmente, uma discussão sobre como estados e municípios não tinham o necessário para oferecer às escolas e instituições de ensino no retorno presencial. Além de bloquear a via nasal e oral, conforme ilustra a Figura 3, a

máscara estimulou a criação de piadas sobre outras formas de uso devido ao seu tamanho (Figura 4).

Figura 4 – Fotografia retirada da reportagem do Exame



Fonte: Revista Exame (2020).

Os memes agem como repercussão e promovem debates sobre construções imagéticas e textuais (CESARINO, 2020), que geram novos debates acerca da preparação dos estados para o retorno às aulas presenciais durante a pandemia de Covid-19. Amazonas foi o primeiro estado brasileiro a retomar as aulas em escolas públicas, após 146 dias de aulas presenciais suspensas. Além das imagens das máscaras, foram divulgadas imagens demonstrando que não houve respeito acerca das indicações de segurança em relação ao distanciamento.

Enquanto isso, o debate acerca de São Paulo trouxe a necessidade de um protocolo padrão ao retorno às aulas, colocando que a execução demanda um bom planejamento. Em contrapartida, temos as/os professoras/es discorrendo que irão entrar em greve, caso as aulas retornem. Como as escolas conseguiram executar as diretrizes de segurança? Como fica a prática de tais planejamentos?

Ainda em agosto, o Presidente Bolsonaro sancionou uma flexibilização do ano escolar, enquanto vetou apoio federal<sup>11</sup>. As escolas de educação infantil foram dispensadas de cumprir o mínimo de dias e a carga horária mínima anual; já no ensino fundamental e médio, as escolas não seriam mais obrigadas a cumprir o mínimo de dias letivos, desde que cumprissem a carga horária mínima anual estabelecida.

Com isso, os objetivos de aprendizagem considerando a carga horária mínima do ano de 2020 poderiam ser cumpridos em 2021. Além disso, foi permitido adicionar duas séries ou

<sup>11</sup> Para maiores informações sobre o sancionamento, acesse:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/08/bolsonaro-sanciona-flexibilizacao-do-ano-escolar-mas-veta-apoio-federal-na-pandemia.shtml>



anos escolares e as escolas poderiam oferecer atividades pedagógicas não presenciais na educação infantil e no ensino fundamental e médio neste ano letivo em decorrência da pandemia.

Tivemos também a prorrogação de acordos de redução e suspensão de contrato de trabalho por mais 60 dias. Esta medida funcionava como meio em relação à redução do salário, o governo auxiliar e pagar uma parte e a empresa pagar outra parte à trabalhadora e ao trabalhador, ou o contrato poderia ser temporariamente suspenso, ao invés de optar pela demissão.<sup>12</sup> A relação de trabalho de professoras/es é precarizada pela desigualdade entre contratados e servidores, em vista que em Santa Catarina, grande parte de professoras/es da rede estão em regime de contrato.

O ano de 2020 ficou marcado por diversos acontecimentos, dentre eles implementações no ensino e suspensão das aulas presenciais como forma de conter a pandemia. Contudo, as aulas online expuseram a desigualdade relacionada ao acesso à tecnologia. De acordo com Passos (2018), a precarização do ambiente educacional está relacionada às más condições de ensino e trabalho, pois não há condições adequadas para a realização do trabalho, o que, em contrapartida, gera culpabilização a professoras e professores sobre o que acontece na educação.

Como dito anteriormente, o MEC passou por diversas crises mediante aos posicionamentos e mudanças constantes de ministro durante a busca por soluções em relação à pandemia. Nesse período, foram realizados adiantamentos consecutivos da aplicação do ENEM, transferido para os meses de janeiro e fevereiro de 2021, o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com direcionamento de investimento à educação básica e valorização de professores, aprovado pelo congresso e tornando-se constitucional, e a reformulação da Política Nacional de Educação Especial (PNEE).

Cada estado e município passou por suas especificidades após o fechamento das escolas e demais instituições de ensino em março de 2020. Houve aulas remotas por meio de vídeos previamente gravados ou ao vivo, transmitidos por plataformas como *Google Meet*, *Zoom* ou *Microsoft Teams*, e algumas cidades realizavam transmissão em televisão aberta, como via rádio. Em Florianópolis, a prioridade foi a transmissão online via *Meet*, *Zoom* ou *Microsoft Teams*, além de material presencial disponibilizado nas escolas.

O Grupo de Trabalho sobre Plataformas na Educação Remota do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) lançou, no final de setembro de 2020, um estudo intitulado

---

<sup>12</sup> Maiores informações sobre tais medidas, acesse: <https://oglobo.globo.com/economia/mp-936-guedes-confirma-prorrogaao-de-acordos-de-reducao-de-salario-suspensao-do-contrato-de-trabalho-1-24599410>

“Educação em um cenário de plataformização e de economia de dados: problemas e conceitos”. O estudo demonstra que apenas 14% das escolas públicas urbanas utilizavam alguma plataforma de ensino online antes da pandemia. Além das escolas em áreas urbanas, apenas 28% de instituições de ensino públicas e particulares contavam com este tipo de tecnologia.

Nesta relação do ensino com a tecnologia, ficou clara a precarização ao acesso à educação de diversos estudantes a equipamentos eletrônicos.

Como dito anteriormente, a reabertura das escolas foi tomada por cada estado/município conforme a situação epidemiológica do momento. Com isto, o Amazonas foi o primeiro estado com retorno presencial às escolas estaduais no dia 10 de agosto de 2020 para estudantes no terceiro período do ensino médio.

Em outubro de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) assessorou o MEC para a formulação de políticas públicas, sendo aprovada uma resolução que permitia aulas em mobilidade remota até dezembro de 2021, levando-se em conta o ensino híbrido, com rodízio entre estudantes em ensino presencial e remoto, adotado até o momento que a vacina estivesse disponível. Porém, o texto não foi homologado pelo MEC.<sup>13</sup> Em dezembro, outro texto foi aprovado excluindo a data limite de dezembro de 2021 para o ensino remoto, autorizando-o enquanto durasse a pandemia, considerando o caráter excepcional, a situação do local ou a falta de condições sanitárias para um retorno seguro.

---

<sup>13</sup> O MEC publicou em dezembro a portaria que determinava o retorno presencial em universidades a partir de 4 de janeiro de 2021. Porém, houve grande repercussão e, após reunião com reitores de universidades, o MEC publicou outra portaria sendo dia 1º de março a nova data.

## CAPÍTULO 2 - O PASSADO PRESENTE ENTRE O LUTO E A LUTA

A escritora Bell Hooks (2020) discorre que as educadoras e os educadores têm papel fundamental em unir a educação com a construção de um mundo mais justo e democrático. Como dito anteriormente, o objetivo trata-se de trazer a práxis em relação ao que aconteceu com as educadoras e os educadores em Florianópolis nos últimos anos.

Em 2021, realizei no início do ano uma série de entrevistas com professoras e professores que me foram apresentados por conhecidas/os. Em cada entrevista, conto com uma forma para fazê-la acontecer; como era meu primeiro contato com algumas professoras e alguns professores, não realizei um roteiro fechado de perguntas, mas sim pontos-chave relacionados às vivências delas/es e sobre o que estava acontecendo na educação.

Realizei entrevistas com 13 professoras e professores, focadas em primeiro momento no projeto “Regulações sociais e morais da pandemia do novo coronavírus no Brasil: Uma análise etnográfica e interseccional” - *The Wenner-Gren Foundation*. Tais entrevistas foram realizadas com docentes de rede pública municipal e estadual, particular, cujo tema era o mesmo desta pesquisa, as vivências de professoras e professores de Florianópolis. Trarei as entrevistas com docentes da rede pública municipal e estadual realizadas neste período, em vista que este foi o primeiro contato com interlocutoras/es professoras/es com o mesmo tema relacionado a esta pesquisa, pois as/os professoras/os da rede pública passavam por uma realidade que condiz mais diretamente com grande parte da população, o que possibilitou perceber a relação da educação com aspectos de precarização.

### 2.1 A EDUCAÇÃO ESTÁ DE LUTO!

Em 2021, realizei algumas entrevistas por videochamada e outras foram sendo realizadas por partes em conversas no WhatsApp. Verani (2022) discorre que estas são caracterizadas como entrevistas “continuadas”, feitas por um longo período de tempo mediante o que o campo demonstrou como necessário para realização. Dentre as entrevistas, gostaria de ressaltar uma que realizei em maio, momento que não estava conseguindo marcar uma videochamada com esta professora, pois sempre havia algo que impossibilitava. A professora que contarei um pouco a seguir será denominada Flor.

Para não perdemos a chance de dialogar, decidimos começar a fazer o que seria o diálogo por uma videochamada por trocas de mensagens no WhatsApp. Assim, ela poderia responder nos momentos que estivesse livre. Foi através dela que ouvi pela primeira vez a

relação de luto à experiência que estava sendo vivida pelas professoras e pelos professores naquele momento.

Lembro que enquanto conversávamos em maio de 2021, o dia estava frio e com uma leve garoa. A educação já estava em greve, gerando grande repercussão. Flor me contou que de seus 35 anos, há 11 estava na rede pública de ensino, se efetivando no quadro de servidores da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis em 2012.

É importante frisar que Flor era cria da escola pública, desde seus 4 anos, quando entrou em um centro comunitário de seu bairro onde cresceu em Florianópolis. Em seguida, fez o ensino fundamental em uma escola estadual do bairro, depois o ensino médio em uma escola estadual no centro e, por fim, fez uma primeira formação em universidade estadual e retornou para atualmente fazer uma nova graduação na Universidade Federal de Santa Catarina.

Depois dessa primeira entrevista, mantivemos um diálogo mais constante e nos encontramos em algumas assembleias do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM) em meio às greves. Em nosso primeiro diálogo, Flor disse: “A escola pública é o meu chão, meu terreno, onde me sinto bem, onde me identifico, terreno de luta”.

O início desta conversa foi no dia 12 de maio de 2021, momento em que Flor me informou que já estava de greve há aproximadamente 50 dias. Filiada ao SINTRASEM, disse que nesse momento a luta é pela vida.

Mas logo entramos em greve, porque o prefeito quer que voltemos presencialmente. E qual a questão do presencial?

É a questão que os professores voltando são mais 30 mil pessoas circulando em Floripa, em uma pandemia que tá descontrolada.

Então esse papo que criança não pega, não transmite é fake news. Isso é porque este “protegidas” em casa. A partir do momento que o ser humano circula mais, tem mais contaminação.

É híbrido, mas é híbrido pro aluno, não pro professor.

É ir uma ou duas vezes na semana pro estudante. Mas o professor todo santo dia, além de hora atividade. E como faz essa dinâmica sem testagem em massa e sem vacinação? Na escola não recebeu alimento ou material básico? Agora que a criança não pode mais emprestar entre si. Porque agora a escola têm que doar, quando a criança não tiver. A prefeitura deveria doar. E têm muita família precisando. É muito real isso e têm diversos problemas, que o prefeito diz que não e está apta para voltar.

Não têm como.

Até pelos espaços físicos da escola.

A escola que trabalho aqui, ela tem dois andares, térreo e primeiro. As salas do térreo são bem fechadas pelo terreno, é muito pequeno. Apesar de ser uma escola de 700 e pouco alunos, essas salas não podem ser usadas por causa da ventilação. Então, quatro turmas não podem ser atendidas normalmente.

Mas a prefeitura insiste e a gente bate o pé. Minha escola está 95% em greve. Eu to como conselheira do sindicato da minha escola, o que tem me cansado demais e muito decepcionada com meus colegas.

(Trecho de entrevista realizada com Flor, 2021).

A segunda entrevista que trago foi realizada com uma professora que chamarei de Tulipa. Realizei esta entrevista no dia 05 de maio de 2021, de modo remoto. Em 2018, ela atuou na rede municipal, e em 2019-2020, atuou como professora de duas turmas do 5º ano em uma escola.

Tulipa situa que a antecipação das férias, assim que iniciou a quarentena devido à pandemia, foi realizada por desorganização governamental e das secretarias da educação e gestão escolar referente à educação. O mesmo se reflete, segundo a mesma, ao retorno presencial, no qual após um ano de ensino à distância e remoto, não houve planejamento que fosse adequado.

Ela menciona que isso ocorre a partir de uma má gestão na escola, mas também por inexperiência do diretor que acaba de iniciar na escola, e ainda pelo fato de que ninguém está preparado para uma pandemia mundial. Tulipa deixa sua opinião mais evidente quando discorre sobre os Planos de Contingência (Placon) que devem ser escritos pelas escolas antes do retorno presencial a partir de um exemplar/modelo fornecido pela secretaria de educação de Santa Catarina e Florianópolis. A partir disso, é possível reparar divergências de pensamentos de professoras/es das escolas acerca do conteúdo disciplinar e de medidas plausíveis e seguras para o retorno.

Tulipa reforça o modo como percebe que é vista na escola, como mulher de 26 anos, lésbica e tatuada. Muitos não acreditam em sua credibilidade, não a veem enquanto professora, mas enquanto mãe ou irmã de alguma criança, colocando a presença do corpo que causa estranhamento e incomoda no ambiente escolar. Ao falar sobre o retorno às aulas em modo virtual, a mesma situa que estava ocorrendo pouco retorno das/os estudantes, dado o fato de muitos não terem acesso à internet e pela dificuldade de aprendizado de alguns estudantes que não estavam conseguindo realizar as atividades.

Atualmente, Tulipa está vinculada à assistência social, junto ao Centro de Convivência e Fortalecimento de vínculo. Aqui, reforço que ao transcrever tal diálogo, pretendo entrar mais na vivência a este Centro. Neste período, Tulipa estava em greve e reafirma sua preocupação com o aprendizado das/os estudantes. A professora trouxe uma fala que me trouxe grande comoção, que é: “Como vou ensinar meu filho, se eu não sei nem ler? ”, vindo de uma mãe direcionada a ela, e ela respondeu, “Mas quem tem de ensinar sou eu, você não deve se preocupar. Esse é meu papel”.

No dia 11 de maio de 2021, foi realizado um ato pelo SINTRASEM. Na ocasião, Tulipa relatou que totalizavam mais de 50 dias em greve, a mais longa da categoria, considerando que o jurídico afirmava a legalidade da greve e que não havia uma proposta sólida

para a mesa de negociação, que a única proposta havia sido retirada. Neste período, havia atos duas vezes por semana exigindo negociação com a Prefeitura e a Secretaria de Educação. É importante ressaltar que esta luta referente à liberação da pandemia condizia com o medo dos/as professores/as em relação à morte pela Covid-19, sendo a greve demarcada pela luta pelo direito à vida, como modo da vacina em proteção e segurança sanitária.

A proposta das professoras e professores era de voltar para o ensino remoto. Nas palavras de Tulipa, conforme exposto pela portaria da prefeitura, ou entrava no ensino presencial ou entrava no ensino presencial, no dia 24 de março de 2021. Tal portaria gerou conflito na própria categoria, pois muitos não concordavam com o ensino remoto, ao mesmo tempo que parte da categoria exigia que continuasse deste modo.

Figura 5 – Postagem realizada por professor na rede social Twitter, que circulou em perfis de professoras e professores

Olho o grupo da escola tá lá a mensagem:

" Gente, o professor de Física foi internado hoje com Covid. Quem pode substituir a aula dele amanhã?"

A gente não vale nada.

23:27 · 12 abr 21 · [Twitter Web App](#)

Fonte: Twitter (2021).

No dia 25 de maio de 2021, houve mais um ato organizado junto ao SINTRASEM e as/os professoras/es. Abaixo, descrevo alguns relatos sobre a organização dos atos e como Tulipa se sentiu.

É, a escola que trabalho atende neim, escola do município que atende núcleo do ensino infantil, a gente tem uma turma de neim até os nono ano, têm acho que vinte a vinte cinco turmas. Então é isso. Em relação a atuação da escola e da greve, eu estou aqui no centro agora para um ato, esperando o pessoal chegar. E a atuação da escola, têm... tá em 95% em greve né?

E a gente tem tentado fazer um movimento coletivo, o quadro de greve tá bom, tá forte. Só que a gente não consegue mobilizar as pessoas pros atos, sabe? Pras coisas, sabe?

Tipo to aqui no ato e ta deserto. E isso me deixa bem put\*. Porque entendo que tenham medo do vírus e tals, mas é um ato organizado, com distanciamento, ao ar livre, todo mundo de máscara, cada um com seu álcool. Mas até entenderia, o lado do medo.

Mas o que complica, é às pessoas postando fotinho na academia, na praia, fazendo unha, foto com café no amigo na rua, em festinha de aniversário, foto em restaurante e não vêm pro ato, entendeu?

(Trecho de entrevista com Flor, 2021).

Ressaltarei principalmente o relato de Flor no dia seguinte:

O último ato foi pequeno a gente como sempre né, se concentra ali na praça Tancredo Neves, na frente da Assembleia Legislativa no centro da cidade e acho que é deu 100 pessoa sabe?

Pensando que são mais de mil em greve sim né.

Enfim, até que da minha escola apareceu gente, estávamos em oito do grupo da minha escola.

Geralmente sou só eu e outro representante do sindicato da escola, então.

Então a gente sai da praça, da volta pela Hercílio Luz, da volta na Tiradentes e depois na Praça XV.

A gente chega, onde fica o gabinete do prefeito, aquele prédio onde fica, o palácio Cruz e Sousa. E é sempre uma tentativa de levar nossos documentos e propostas de negociação e tentar ser ouvido pelo prefeito.

Mas esse ano está irredutível e diz que não vai negociar com a categoria.

E nossos atos, sempre vamos cantando, com nossos cartazes, trio elétrico. E sempre que chegamos lá, fizemos a mística.

A mística é uma intervenção artística de cunho crítico, muitas vezes fazendo sátira.

Puramente lindo.

Antigamente fazíamos cirandas, quando podíamos tocar e se abraçar. Sempre tínhamos à ciranda.

Até tivemos a ciranda a um tempo atrás, mas já não temos mais.

Que foi uma ciranda adaptada por segurança e eu chorei muito. Chorei muito lá. Foi lindo de ver.

Enfim, sempre realizamos essa mística. E desta vez, foi satirizando o secretário da educação, Maurício e o Rafael, advogado da prefeitura, que toda vez que tentamos negociar e todas as audiências, fala ele que a prefeitura não tem interesse em negociar. Então teve uma mística satirizando eles. Foi bem engraçado.

E depois que acabou o ato, sabemos que o prefeito não vai receber, mas continuamos lá e continuamos fazendo os atos.

E para amanhã, temos uma audiência marcada, às 14hrs convocada pelo Ministério Público para conciliação, porque fala que tanto a prefeitura como o sindicato estão tendo caráter abusivo.

Já são 60 dias de greve.

Mas esse caráter abusivo, estamos sempre dispostos a negociar, mas a prefeitura nunca abriu essa porta.

Então o sintrasem, elaborou uma proposta, em vista da vacinação que começou e é fruto da nossa luta isso!

Essa resposta da prefeitura é um ganho. Em que pressionando, em greve, 60 dias parados. E o prefeito de Florianópolis Gean Lourero têm que dar o braço a torce e isso foi uma resposta. E uma prima minha já foi vacinada, professora da rede infantil. Agora, elaboramos uma proposta para finalização da greve, estabelecendo como será feito com a vacinação, tendo em vista, tempo de recuperação, revisão de cada PLANCON das escolas.

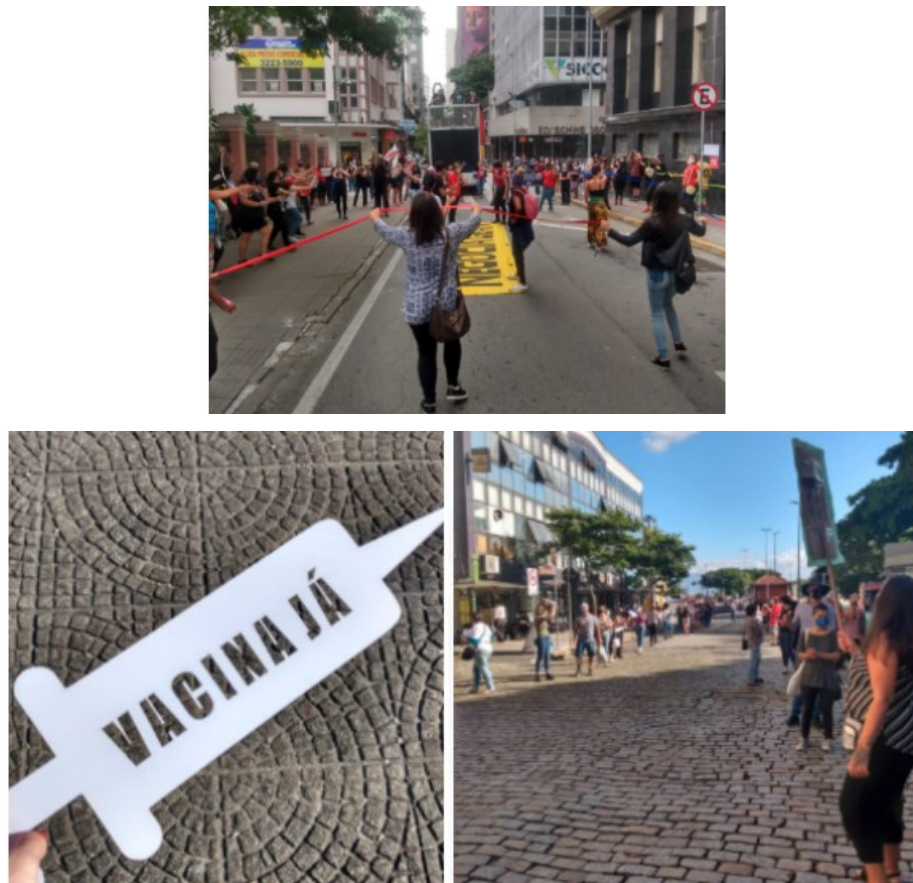
Pensando como a escola será organizada, já que faz um ano que não pisamos lá.

Sem nenhuma perseguição com ninguém do sindicato.

Então a proposta é essa, se encaminhar pro final da greve.

(Trecho de entrevista com Flor, 2021).

Figura 6 – Fotos realizadas e compartilhadas por Flor em relação ao ato de seu relato



Fonte: Arquivo de Flor (2021).

Cada escola organizava seu modo de agir junto à greve, mas o sindicato atuava como representante de cada escola, onde havia uma eleição na escola para eleger dois representantes, que estabeleciam a relação entre a escola e o sindicato. Sendo assim, nas reuniões do sindicato, os conselhos e assembleia pública representam a escola, mas considerando que na assembleia pública cada um tem seu voto. Cabe ressaltar que, mesmo sem greve, existe esta representação da escola junto ao sindicato, onde há reuniões todos os meses para discutir a conjuntura, formação, decisões, diálogo sobre qualquer proposta relacionada à prefeitura e o que será levado para a assembleia pública, levando também as demandas de suas respectivas escolas.

Essa audiência acabou não sendo transmitida ao vivo.  
 Mas foi nela que o MP e o Sintrasm sentaram juntos e negociaram os pontos de pauta para o fim da greve.  
 Dentre eles o principal que foi a vacinação da categoria, que não tinha previsão e de repente começou quase que da noite para o dia quando já estávamos completando 60 dias de greve...para nós, isso foi fruto da pressão da nossa greve.  
 Ah e a vacinação dos terceirizados que também trabalham nas escolas.  
 (Trecho de entrevista com Flor, 2021).



Figura 7 – Imagem sobre postagem da Secretaria de Educação do Governo de Santa Catarina sobre a vacinação de profissionais da educação, realizada em sua rede social



Fonte: Instagram da Secretaria de Educação do Governo de Santa Catarina (2021).

Outro ponto foi a vigilância sanitária visitar cada escola e fiscalizar para saber quais as condições de retorno presencial ou não. Garantir a não perseguição de servidores e Sindicato, outro ponto bem importante acordado.

E o retorno imediato do trabalho online e presencial para as escolas em que é possível. A escola que trabalho está passado por uma mini reforma, então estamos ainda apenas online.

(Trecho de entrevista com Flor, 2021).

Podemos pensar como discorre Tambiah (1985) em “O poder mágico das palavras” sobre o ritual acerca do pronunciamento das palavras destas instâncias, no caso, em relatar e discursar o que ocorre em meio à educação e às regulamentações, mostrando que isto faz parte de um todo, demonstrando uma ligação entre palavras e ações, pelo modo que vemos como as colocações do governo e prefeitura influenciam e afetam as pessoas e o que isso gera, no caso, a greve e os atos.

A magia da narrativa transcende o tempo e espaço a partir da representação e recriação, o que implica nas/os professoras e professores, não trazendo somente dizeres sobre diferentes períodos. Outra vertente que pode ser pensada é a eficácia ritualística da mobilização social e política da greve de 2021 mediante o posicionamento junto aos sindicatos, assim como as colocações governamentais contrárias à greve que implicaram na inicialização da aplicação da vacina (eficácia) para professoras/es, afetando a construção de novas regulamentações educacionais.

Já que a educação online continuava, conversei com Flor sobre este processo. Ela relatou que o material estava sendo postado no portal educacional e, em determinadas circunstâncias, o material era impresso e entregue para as famílias. Mas o contato com as/os estudantes continuava difícil, já que não se tinha aulas síncronas, ou seja, não haviam encontros.

A minha escola está muito desorganizada.

Mas o ensino remoto na prefeitura de Florianópolis consistiu em criar um portal educacional para cada escola ter um link e colocar suas atividades.

E o fato é que o número de retornos dessas atividades foram muito baixos.

O que acontece, na minha avaliação, pode ser chamado de abandono escolar. Um número muito alto, de crianças de 6 a 14 anos, que não fizeram uma atividade, não deram retorno, famílias que não conseguimos localizar. É muito sério e triste isso.

(Trecho de entrevista com Flor. 2021)

Flor explica que a iniciativa da Secretaria de Educação em promover a “busca ativa” se dava por conta disso, convocando as escolas para localizarem as famílias e crianças que não estavam presentes durante o período pandêmico. Flor diz: “Pensar que uma criança é matriculada e simplesmente não se consegue falar com os pais e tampouco eles também procuram a escola. E isso exige tempo, persistência.” Simultaneamente, Flor discorre haver mães e pais extremamente preocupados com o “rombo” em relação à educação de suas filhas e filhos, pois “O trabalho online, que nunca vai ser igual ao presencial ao nível de conteúdo e aprendizado, né.”

## 2.2 A REALIDADE DOCENTE EM MEIO À PANDEMIA

Flor relatou de forma enfática que 2021 foi o pior ano profissional de sua vida, particularmente, pois se tratava da perda do sentido de seu trabalho. Para ela, a interação acabou por se perder uma experiência coletiva.

[...] Eu saía da minha casa às 7 horas da manhã, eu pegava um ônibus e já encontrava colegas e alunos. Eu ia para escola ou trabalhar né, então interagir com os alunos das turmas direção e tudo mais [...]

[...] E dentre na educação, a maior delas é do contato com alunos.

A perda do contato com o aluno, me faz perder o sentido do meu trabalho.

Então eu sinto que eu tenho feito um trabalho burocrático [...]

(Trecho retirado da entrevista com Flor, 2021).

Flor conta um pouco sobre a pandemia, relatando que logo no início desse período e, então, com a quarentena, a prefeitura de Florianópolis paralisou por 15 dias enquanto “férias”.

No entanto, como discorre, foi necessária a atuação de professoras e professores para que houvesse as férias no mês de julho.

Um fato não só trazido por Flor, mas debatido também em assembleias do sindicato SINTRASEM que presenciei em 2022 é referente à pausa nas posições da prefeitura de Florianópolis no início da pandemia. Flor discorre que, após as “férias”, teve o retorno aos trabalhos virtuais a partir da utilização de um portal criado pela prefeitura, sendo que nesse portal educacional, cada escola teria um site vinculado entre sua escola e seu trabalho. Dessa forma, cada mãe e pai poderia acessar o material.

Ao mesmo tempo, houve a necessidade de um cuidado em relação ao material produzido e disponível pois se tratava de outra dimensão sobre como as crianças iriam absorver e aprender o conteúdo. Na visão de Flor, era muito difícil pensar em um aprendizado sem encontro, principalmente ao se tratar de crianças em processo de alfabetização de letramento, ensinando conteúdo básico, sendo quase uma missão impossível.

Eu gosto de gente, gosto de encontro né.  
Então assim, a gente sente falta até da incomodação, sabe? Sente falta do estresse da incomodação de tudo que tinha.  
Às vezes dá vontade de sair da escola correndo e não voltar nunca mais. [...]  
Mas eu Flor, não acredito no aprendizado sem encontro principalmente falando de crianças de alfabetização de letramento de ensinar é mesmo os conteúdos básicos, assim é muito difícil a distância né.  
(Trecho retirado da entrevista com Flor, 2021).

Em meio à pandemia, professoras e professores tiveram grandes dificuldades, muitas correlacionadas de forma independente da professora, professor, escola, cidade ou estado. Tivemos o processo de “acostumar” com o que estava acontecendo e adaptar, mas a adaptação ocorre de modo diferente a cada uma/um.

A gente tem pouco contato com os pais, tem aluno que a gente não sabe onde anda e em que condições está. Então isso é muito difícil, assim e muito triste assim nossa bastante viu.  
(Trecho retirado da entrevista com Flor, 2021).

Sobre sua atuação em 2021, Tulipa que era professora substituta, escolheu qual seria a melhor vaga para ela no momento, sendo a de 40 horas, perto de sua casa até o final do ano, pois muitas vagas eram até agosto. Seu trabalho ocorreu no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em um projeto contra turno escolar com crianças que sofreram algum tipo de violência.

São encaminhadas a partir do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) para este centro todas as crianças do contra turno, ou seja, as crianças vão para a aula de manhã e, à

tarde, vão para o projeto, e vice-versa. Tulipa situa que a maioria das crianças eram de escolas próximas e de diálogo mais próximo à comunidade que faz parte, e que o projeto era “extremamente assistencialista”, cuja preocupação estava relacionada à distribuição de cesta básica porque “[...] as crianças estão passando muita fome durante a pandemia”.

Enquanto pedagoga, trabalhava com apoio pedagógico para auxiliar as crianças com suas dificuldades na aprendizagem. Assim, as tarefas que não conseguem realizar em casa realizam no projeto, auxiliando no conteúdo.

Eu faço oficina de artes também, o que entra naquele assunto complicado né? Eu não tenho formação de área de artes visuais, por exemplo, né? Então um sucateamento porque deveria ter outros profissionais trabalhando.  
Então eu dou oficina de artes, oficina de apoio pedagógico, que isso, sim, é a minha função, né.  
Enquanto pedagoga trabalho com eles sobre rotina, sobre higiene, sobre alimentação. Enfim, eu tô ali para dar um suporte pedagógico nesse sentido.  
(Trecho da entrevista com Tulipa, 2021).

A mesma relata que, em seu local de trabalho, havia três profissionais, sendo ela professora de 40 horas, outra professora de 20 horas e um professor de Educação Física de 20 horas. Ela tinha maior contato com as crianças e com as famílias, mas, em decorrência da pandemia, passou a realizar somente contato por grupo de WhatsApp.

Por sua vez, o professor Cravo, em 2021, trabalhou no sistema híbrido, com turmas alternadas toda semana, tendo dez alunos em cada turma. Dessa forma, alternavam entre estar em casa e na escola. Em nossa conversa, falou o quanto estava sendo desgastante devido à exposição diária, sem testagem e segurança sanitária ofertadas pela escola.

Cravo enfatizou que houve seis docentes com Covid em menos de um semestre após o retorno presencial, além da subnotificação de muitos casos de professores, mas sem dado oficial.

É bem estressante né? Colegas morrendo. Diversas pessoas morrendo.  
E somos jogados na sala de aula, sem suporte nenhum. Mas é algo que vêm de antes, como chama minha companheira a partir da solidão do professor, submetido a todo o tipo de precarização institucional.  
(Trecho de entrevista com Cravo, 2021).

O professor ainda discorre que não trabalhou no formato híbrido, assim como as/os estudantes tiveram a possibilidade de aulas híbridas, em vista do fato de que para o ensino remoto, ele ficou na escola dando aula. Além disso, ressaltou a dificuldade de estabelecer uma boa linguagem que fizesse as/os estudantes ter interesse em sua disciplina.

Já o professor Lírio, em 2021, atuou de forma completamente presencial. Em seu relato, afirmou que sua escola realizou um plano de gestão detalhando as ações para o retorno. Disse saber também sobre escolas que fizeram planos políticos para não voltar presencialmente. Lírio tem uma doença crônica respiratória e tinha laudo médico que o impedia de realizar o retorno presencial, em virtude do risco de saúde. Lírio tomou a primeira dose da vacina contra Covid-19, com previsão de tomar a segunda dose em agosto de 2021 para poder voltar após 15 dias ao ensino presencial.

Enquanto o ensino presencial não retornava, discorreu sobre a dinâmica em casa e com as/os estudantes na escola. Lírio enviava atividades relacionadas à escrita, e os estudantes deixavam suas atividades na secretaria e, periodicamente, o professor as buscava. As aulas eram realizadas pelo *Google Meet*, e as turmas eram divididas em A e B. Os/as estudantes presentes na escola participavam através de uma organização da escola no auditório.

### 2.3 COMO TUDO COMEÇOU

Desde o início da pandemia, tentei manter contato com professoras/es. Em julho de 2020, dialoguei com Girassol sobre como estava este período, momento em que me situou sobre alguns pontos referentes às aulas. Girassol relatou que a dispersão de estudantes havia aumentado, pois algumas famílias estavam desempregadas e/ou não tinham acesso à internet. Uma alternativa para aqueles que não teriam acesso à internet se dava pela disponibilidade de material, porém os mesmos teriam de se locomover até a escola para buscar o conteúdo e depois levá-lo de volta. Outra alternativa aconselhada pela escola era ir para a casa de vizinhos ou parentes que tivessem acesso à internet.

O material impresso era disponibilizado pela escola a cada 15 dias, e no momento da retirada do novo material, entregavam o material de duas semanas anteriores. Segundo o que me explicou, os materiais impressos ficavam por responsabilidade de um funcionário em relação a cuidar da entrega e recebê-los, escanear e enviar às professoras e professores para correção e atribuição de nota. Posteriormente, esta tarefa tornou-se responsabilidade das/os próprias/os professoras/es.

Com a pandemia, foi necessário que cada professora e professor criasse um mecanismo de interlocução com suas/seus estudantes, desde a gravação de aulas aos encontros online. Algumas professoras e professores utilizavam o *Google Classroom*, enviando vídeo, texto, realizando um estudo dirigido do texto e depois uma avaliação a partir de um formulário. Aos

estudantes sem acesso à internet, uma maior quantidade de material de leitura era enviada, além de um estudo dirigido e solicitações de redações referentes ao tema.

Além de Flor, para outras professoras e professores, houve o processo de adaptação em reaprender a dar aula em meio a um momento desconhecido para todos de modo diferente que o de sua rotina “normal”. Este momento que afligia a todas/os os afligia enquanto professoras/es, mas em seu pessoal também.

Com base nos estudos de Boellstorff (2011), podemos pensar nos entendimentos sobre o modo como o corpo/sujeito é visto, a partir da incorporação e sua localização corporal em um mundo tecnológico, considerando as lógicas midiáticas e a tecnologia a partir de uma continuação do mundo “externo”, porém trazendo sua própria compreensão do ser digital, estar conectado ao digital. Sendo assim, ao entrarmos no mundo virtual, nos desligamos não por completo do corpo “real”, mas de forma parcial à nossa realidade, mesmo não tendo uma privação sensorial, pois o corpo possibilita a experiência com o virtual através da utilização do mouse, teclado, microfone, etc.

A experiência passa a ser no mundo virtual com implicações do corpo real, através da extensão do sensorial que nos transporta para o mundo virtual. Tais extensões virtuais promovem diferentes modificações e entendimentos sobre o corpo, de modo a pensar: como se dá a localização do corpo em um ambiente tecnológico e não tecnológico? As professoras e professores com quem dialoguei diziam que se sentiam menos próximos das/os estudantes em meio ao ensino virtual conforme abordado nos relatos trazidos, além das dificuldades com as ferramentas tecnológicas, como exposto no relato abaixo:

Em 2020 foi um ano que a gente acreditava ainda que ia passar, sabe?  
 O portal foi o maior desafio, primeiro fui aprender a usar as ferramentas.  
 Tem muito professor que não tinha computador, muita gente, acesso à internet.  
 Professor, estou falando só do nosso professor agora.  
 E sem sinal de internet bom, morando num lugar distante, não tem como conseguir produzir as coisas pro portal né?  
 O processo interessante foi a gente desenvolver para idade.  
 Então queria saber mais como aprender a usar o drive, aprendemos a usar o Canva, Google formulários, outras plataformas online.  
 Quando a gente começou a desenvolver o nosso trabalho, então esse desafio do passado e dentro dele é um desafio metodológico.  
 Que começou como preparar uma atividade que vai ser mediada por uma tela, e impressões. A gente começou bem, depois a minha escola resistiu bastante a fazer a impressão para os alunos de primeiro e segundo né. Que é o nosso maior desafio primeiro segundo terceiro ano, o que precisa da presença dos pais né  
 Preciso de alguém para mediar a leitura para essa criança. Então como fazer isso né e transposições didáticas a gente poderia fazer o quê eu ia iria falar hein  
 Tem muito professor que não tinha computador, muita gente, acesso à internet.  
 Professor, estou falando só do nosso professor agora.  
 E sem sinal de internet bom, morando num lugar distante, não tem como conseguir produzir as coisas pro portal né?

O processo interessante foi a gente desenvolver para idade. Então queria saber mais como aprender a usar o drive, aprendemos a usar o Canva, Google formulários, outras plataformas online. Quando a gente começou a desenvolver o nosso trabalho, então esse desafio do passado e dentro dele é um desafio metodológico. Que começou como preparar uma atividade que vai ser mediada por uma tela, e impressões. A gente começou bem, depois a minha escola resistiu bastante a fazer a impressão para os alunos de primeiro e segundo né. Que é o nosso maior desafio primeiro segundo terceiro ano, o que precisa da presença dos pais né. (Trecho de entrevista de Flor, 2021).

Desde o início da pandemia, mantive contato com Girassol, professora que me auxiliou a realizar trabalho de campo em uma escola de Florianópolis durante a graduação. Durante os acontecimentos relacionados à pandemia na educação, o contato foi se intensificando. Girassol me contou que a formatura das estudantes de magistério foi cancelada, pois não poderiam executar os estágios obrigatórios do último ano.

Tanto para modalidade de ensino médio quanto para o magistério, as aulas em modalidade remota iriam ocorrer até 22 de dezembro, sendo que a escola colocava que não voltaria presencialmente em 2020, independente das posições estaduais. Nos dois últimos meses, houve grande evasão nas turmas de magistério e ensino médio como resultado da pandemia, principalmente de maior escala nas turmas de magistério.

Girassol ainda situou como os professores e professoras estavam indignados/as pelas posições governamentais que queriam retorno presencial, e como os professores e professoras estavam sendo “julgados” pela presidência de Jair Bolsonaro.

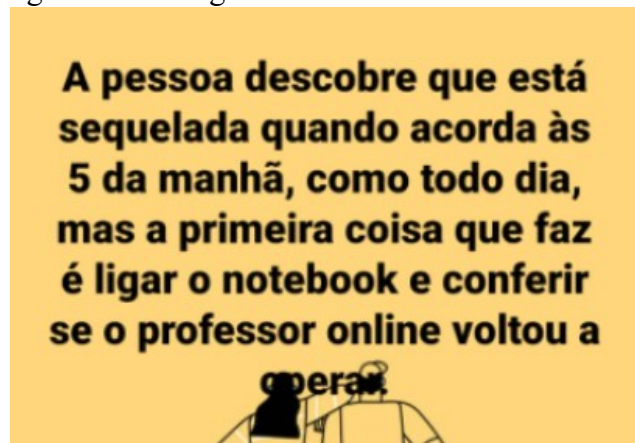
Em 2020, esta professora tinha 20 turmas, incluindo turmas de magistério e ensino médio, sendo 7 de planos de disciplinas diferentes. Dentre as 20 turmas e 7 planos de aulas diferentes, estão incluídos: Sociologia - 1º ano, Formação Humana - 1º ano, Sociologia - 2º ano, Sociologia da Educação - 3º Mag., Educação e Infância - 3º Mag., História da Educação - 3º Mag., e Sociologia da Educação - 4º Mag. Girassol conta ainda sobre as dificuldades para dar aula online, pois sentia muitas dores ao ficar diretamente no computador por horas.

Com as eleições para presidência, governo e deputados de 2022 se aproximando, Girassol disse perceber os posicionamentos das prefeituras do estado, este sendo um tanto quanto tendencioso, vindo de encontro com o pedido de grande parte da população em relação a maiores discursos sobre a “necessidade” e “importância” de um retorno presencial. Disse isso referenciando ao fato que o Jornal do Almoço da rede NSC, filiada à rede Globo, trouxe falas de pais e mães pedindo pelo retorno presencial, pois não conseguiam promover discussão referente às disciplinas das/os filhas/os. A Figura 8 ilustra um post de Girassol relacionado à

sua fala sobre horas a fio no computador, bem como sobre a extensão de estar no mundo virtual, “online” (BOELLSTORFF, 2011).

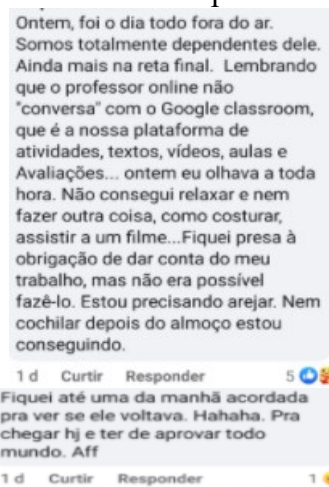
Ao mesmo tempo que professoras e professores se empenhavam em realizar o máximo que seus corpos permitiam em um ambiente online, houve pressão em relação ao retorno presencial. Mas como ficariam esses corpos afetados pela tecnologia? Como ficariam aqueles corpos que se lesionaram de algum modo para dar conta do ambiente online? Ou como ficarão aqueles corpos que transformaram sua moradia em uma extensão do ambiente online de trabalho? Como ficaram os corpos que estendiam seus corpos a tecnologias e horários além do expediente tradicional de trabalho para dar conta das demandas e poderem concluir alguma pendência trabalhista?

Figura 8 – Postagem de Girassol em sua rede social



Fonte: Arquivo de Girassol (2021).

Figura 9 – Trecho de comentários realizados por Girassol e sua colega ao post acima



Fonte: Arquivo de Girassol (2021).



Flor também compartilhou as problemáticas da tecnologia que afligiam as/os professoras/es, principalmente em relação ao fato de várias/os professoras/es não terem computadores e notebooks, o que facilitou o processo de ensino remoto, uma vez que algumas/alguns professoras/es pegaram emprestado.

Fui uma que peguei um notebook emprestado, porque tive a infeliz coincidência de 16 de março, a gente entrou em lockdown em Florianópolis e dia 17 de março meu Notebook queimou.

Eu não ia fazer outra dívida, um computador é caro, então fiquei no passado um ano inteiro com computador, por exemplo, emprestado da escola. Devolvi e agora estou pagando meu. Nada que eu não resolva até dezembro.

Então o primeiro desafio foi esse, sabe, ferramentas e adaptação metodológica. Uso das ferramentas.

E até hoje a gente não superou as adaptações metodológicas. Talvez foi o maior desafio do ano passado. Fizemos uma avaliação né, e agora como a gente chega nos alunos?

Porque a gente teve pouquíssimo retorno. Do tipo ter três segundos anos, configura uma turma de mais ou menos 75 pessoas, crianças e dez pais responderam. E quem respondeu? Foram os pais? os alunos?

(Trecho de entrevista com Flor, 2021).

A realidade de Lírio foi um pouco diferente enquanto professor do estado. Diante a sua carga horária de 2019 e estudantes com quem trabalhou em 2020, Lírio já conhecia uma parte.

Quando começou a pandemia, ficamos com duas semanas de recesso, para galera se organizar da secretaria de educação. E quando a gente voltou, voltou com a plataforma Google Class Room, postávamos as atividades por escrito lá e eventualmente, a gente foi incentivado a fazer vídeo, através de chamadas pelo meet.

A galera do ensino fundamental 1 e 2, foi se aglomerando em grupos de whatsapp, para tentar fazer assim. Parece que dava certo, eu não sei. Tem galera do ensino médio que também fez.

Então eu segui, na maior parte do ano, trabalhando de forma assíncrona. Até que então tentamos fazer no fim do ano, com as chamadas no meet.

No terceiro ano, eu tentava juntar os três, em um mesmo horário que todos pudessem no Meet e iam só dez. Mas o pessoal entendeu, que só a atividade escrita era de boa para passar de ano e ficarão de boa com isso.

E no final de ano, falando por mim, eu queria passar a galera, porque sobreviver em uma pandemia é difícil, não acho certo reprovar ninguém.

Só reprovei quem a escola obrigou. Tentei fazer do jeito que desse, porque tinha muita gente que não tinha internet, então relevei bastante.

Também tivemos a modalidade de deixar atividades impressas na escola, para eles pegarem e para nós depois recolhermos.

E assim término o ano de 2020.

(Trecho de entrevista com Lírio, 2021).

A professora Azaleia dá aulas em uma escola municipal há 4 anos, mas é importante ressaltar que ela é Professora de Admissão em caráter temporário (ACT), ou seja, o contrato encerra em dezembro, e assim ela realiza novamente o concurso e escolhe uma vaga em uma

escola. Azaleia é formada em História, professora de carga horária de 20 horas e escolheu essa carga por ter um filho pequeno.

Por ser professora de caráter temporário, no início da pandemia, havia começado há pouco nesta nova escola. Dessa forma, iniciou em ensino presencial e ficou o restante do tempo em ensino remoto, mudando em 2021 para outra escola, ficando somente no remoto. Azaleia referenciou que foi pouco mais de um mês, após o início da pandemia e suspensão das aulas, que a escola ficou sem nenhuma atividade e, como ela disse, “sem fazer nada”.

Quando retornou online, as atividades não eram consideradas obrigatórias ou eram síncronas. A princípio, havia o compartilhamento de atividades no portal da prefeitura e, depois, comunicavam aos estudantes e, por fim, recebiam essa atividade. Azaleia mencionou que foi através disso que fazia maior diferença entre a carga do ensino particular e do estado, mas que havia muitas reuniões, pois a escola do município tinha mais autonomia.

Em junho de 2021, realizei chamada para dialogar com a professora que denominarei de Copo-de-leite, a qual ocorreu no meio da tarde pelo *Meet*. Primeiramente, ela começou a me contar que havia tomado a primeira dose da vacina há uma semana e que teve alguns sintomas que acentuaram seus problemas circulatórios.

Copo-de-leite continuou dizendo ser professora há 6 anos, atuando há 5 anos no Instituto Federal. Ela enfatizou que é uma professora com deficiência e que escolheu esta profissão devido à liberdade de criação, pois não se sente limitada, por estar sempre em criação, inovando, se vê diferente.

Há um ano do nada, recebemos um comunicado de 15 dias em casa e foi aumentando. Não tivemos nenhuma orientação, agora simplesmente vão dar aula em casa. (Trecho de entrevista com Copo-de-leite; 2021)

Copo-de-leite disse que o instituto havia investido em uma plataforma, mas não havia base para utilização. A professora enfatiza sobre a falta de auxílio material a partir de sua experiência, relatando que ficou cinco dias sem computador, tendo que realizar todo o trabalho e fazer relatórios pelo celular. Não houve posicionamento da escola, e Copo-de-leite precisou aumentar a velocidade de sua internet. Além disso, afirmou que o Ministério da Educação não se preocupou com o apoio material e como os professores dariam aula ao liberar o ensino em modo remoto. Como apresentado no Capítulo 1, mediante os acontecimentos da pandemia, em 2020, houve autonomia dada ao STF aos estados e municípios nas regulamentações. Desse modo, não seria assim também em relação às problemáticas destas instâncias os acontecimentos?

Analisando os acontecimentos descritos por Copo-de-leite, podemos pensar tais traços presentes na instituição escolar a partir dos mecanismos de controle da instituição, relacionando aos aspectos de desumanização (GOFFMAN, 1974). A professora não foi a primeira a trazer relatos sobre as dificuldades materiais em realizar aulas em ambiente online, não tendo a possibilidade de acessar este ambiente ou ao que se submete para poder dar conta de sua profissão, muitas vezes por conta própria, como afirmam Flor e Girassol. Conforme apresentado por Goffman (1974), tais relatos trazidos até o momento partem relacionados a uma instituição total, se relacionando com sujeitos em situações semelhantes, tendo sua vida administrada a partir da instituição.

Copo-de-leite discorre ainda que teve problemas de saúde e precisou comprar uma poltrona reclinável, conhecida como “poltrona papai”, para que pudesse ficar reclinada durante as aulas, devido às fortes dores que sentia no corpo. Com isso, situa a naturalização da precarização, pois não se pensa o modo que os professores precisam de apoio material para dar aulas. A partir disso, fala sobre a organização institucional e de professores para planos de internet para estudantes, dizendo que a escola foi pensada como se fosse do zero.

Copo-de-leite revela que, por ser professora de Sociologia, sentiu receio sobre o que podia falar e como isso seria visto, até mesmo usado, a partir do fato de que algumas aulas gravadas faziam parte do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), mas não por obrigação institucional. Gostaria de ressaltar que esse receio de Copo-de-leite está atrelado a posições governamentais, como do ex-ministro da Educação Weintraub, em relação à área de Ciências Humanas, como apresentado no Capítulo 1 desta dissertação. Essa não obrigatoriedade da gravação das aulas representou uma conquista, dado o grande apoio entre colegas de profissão na instituição. Copo-de-leite situa rapidamente que, com a pandemia, percebeu grande aumento de pedidos de orientação na disciplina de prática de pesquisa.

A professora diz que apresentar e expor sua casa para as pessoas, ou seja, estender sua realidade pessoal ao mundo virtual, a deixava apreensiva (BOELLSTORFF, 2011), indo além da extensão do corpo ao virtual. Para ela, foi uma experiência exaustiva, dada uma disponibilidade de 24 horas.

Em 2020, teve receio de ser injusta com os estudantes em relação às atividades e demandas que conseguiriam fazer. Copo-de-leite explica que o ensino médio funciona como trimestre, e que não sabe se há um aspecto positivo com essa experiência ou se foi benéfica para o aprendizado, descrevendo o período como “uma sobrevivência de guerra”.

Os estudantes a lembravam o quanto é bom dar aula. Neste momento, percebi o quanto ela fala com emoção sobre seus estudantes, seus colegas professores e sobre a instituição que trabalha.

Copo-de-leite continua falando que, infelizmente, muitos estudantes “[...] a gente perde, não conseguiram abraçar o mesmo ânimo da sala de aula. Não os vejo muito, alguns tiveram que começar a trabalhar”.

Uma bolsista voluntária do meu projeto. Nem sei porque chamamos de bolsista, mas uma das estudantes mais brilhantes que tive. Mas enfim, teve que trabalhar enquanto empregada doméstica.

Segundo Copo-de-leite, falta auxílio para que esses estudantes de ensino médio não precisem trabalhar, na graduação e no proeja acaba por ser é mais comum ver, segundo a mesma “as coisas vem quando fechamos a nota”.

O terceiro ano do ensino médio, é um ano que quase se perde os estudantes. Eles estão quase ali e quando vemos falam “to trabalhando, to trabalhando.”, diz isso ao se referir aos estudantes da turma que era regente no ano passado (2020). (Trecho de entrevista com Copo-de-leite.2021)

A professora afirma que todo dia precisava fazer um relatório para a coordenação e direção da escola contando como foi o dia escolar. Além disso, retoma que dá aulas no Proeja, graduação e ensino médio. Ao dizer que tem que realizar em cada turma uma mudança na linguagem sobre o conteúdo, para torná-lo mais acessível, confessa que o fato de ter que esmiuçar mexe muito com ela.

Segundo Copo-de-leite, tem que ser esperto em colocar a questão e não fazer parecer que “estão a ver navio”. Nesse momento, a professora usa esse dito popular para explicar que fica com receio das/os estudantes se sentirem frustrados ou enganados, ou que não estão sabendo lidar com o conteúdo, pois, segundo ela, foi por se sentirem assim que largaram a escola, mesmo dizendo que não se vê como uma professora com didática.

Teve muitos estudantes que saíram. Não tinha e não têm prazo para entrega de trabalhos, é um dia antes da nota. Falta de internet. Não consegue participar.

Eles (os estudantes) se ajudaram muito, sabem se o colega trabalha e ajuda. É um jeito de se organizar.

Fechamos o ano em março e iniciamos este e o semestre em abril. Sendo assim, podem entregar até último dia do semestre. Maioria têm que trabalhar como o ensino médio. Tem um estudante que assiste minha aula de máscara, porque está no trabalho.”

(Trecho de entrevista com Copo-de-leite, 2021).

Copo-de-leite dizia que ficou bem receosa quando soube que as/os professoras/es do município voltariam presencialmente, pensando que poderia acontecer um terceiro aumento de casos de Covid-19.

As aulas que dou, têm boa participação. Não temos presença, participar quem quer e pode. Tenho colegas que criaram cenário, aprenderam a realizar vídeos no TIKTOK. Cada um se vira do jeito que dá. Mas se tivesse auxílio. (Trecho de entrevista com Copo-de-leite, 2021)

A professora situa que, em 2021, uma aprovação retirou o limite de carga horária que, anteriormente, fechava 20 horas e que teria o seu projeto de pesquisa de extensão, além das 11 turmas em que dá aula. Nesse momento, questiona: “Cadê o sindicato para auxiliar a gente nesse questionamento de horas?”. Diz que vê que todos estão preocupados em dar conta, fazendo tudo: “Vejo isso nas reuniões”.

Têm de se entender que tudo isso, só foi e está sendo possível porque os professores se preocuparam. A educação têm seguido.  
 “A mas porque professor é vagabundo, não quer trabalhar.” Olhar às críticas, sobre a Madre Tereza que os professores são.  
 Falta auxílio de material. Fala que devemos ir atrás para falar todo o gasto material que tivemos nesse tempo, pós pandemia.  
 É nossa profissão! Não é caridade!  
 Tenho uma deficiência corporal e nesse momento os estudantes não lidam com isso. Ao estar na sala de aula, com bengala, é diferente.  
 Um dia deixei minha bengala atrás de mim, não sei se viram. Mas se viram, foi a formar que descobriram acerca da minha deficiência, pois não conheço todos pessoalmente.  
 Situo isto, a partir da minha auteridade sobre minha deficiência.  
 Pois, minha deficiência é com dor. Tenho sempre que me mexer enquanto dou aulo online.  
 Digo isto para pensar como fica a dimensão do ensino remoto, para estas pessoas que com alguma deficiência?  
 (Trecho de entrevista com Copo-de-leite, 2021).

Com Hortênsia, tive que realizar uma entrevista informal, de modo que não sentamos em frente às telas e realizamos, em um dia, por alguns minutos, uma videochamada. Por sua vez, realizamos diversas trocas de mensagens, as quais transcrevi para este documento. Tais diálogos foram realizados em torno de dois dias.

Hortênsia contou que é professora de Arte e que, em contexto pandêmico, foram adotadas medidas de convivência para prevenção contra a Covid-19, desde o distanciamento na sala de aula, fora da sala e troca de máscara a cada aula.

Já por duas vezes as aulas ficaram suspensas por alguns dias devido à suspeita de professora e aluna com covid. Nesse sentido me sinto ameaçada diariamente, apesar de não entrar em pânico e procurar fazer meu trabalho da melhor forma possível!  
 Nossas turmas estão divididas em A e B. Na semana que um grupo tem aula o outro não tem, o problema da continuidade dos conteúdos está difícil, poucos alunos/as realizam às atividades do tempo casa!  
 (Trecho de entrevista com Hortênsia, 2021).

Hortênsia disse ainda que as atividades acabam sendo realizadas no presencial e o conteúdo sempre deve ser revisto, pois tem aqueles que optaram pelo modo remoto, desistiram e voltaram para o presencial. Quando conversei com ela como estava sendo dar aula neste momento, me contou ser um caos e que se sentia ameaçada, mas que também se sentia em um lugar de afeto.

Repetia várias vezes: “Estou torcendo pela vacina. Já nos cadastramos para tal, como profissionais da educação!”, enfatizando principalmente a exposição constante que estava vivendo, pois além de estar exposta no ambiente escolar, a viagem de ônibus de sua casa até a escola implicava em um contato com muitas pessoas, muitas vezes sem o distanciamento “correto”, pois muitas vezes os ônibus estavam lotados.

### **CAPÍTULO 3 - “POR UM RETORNO PRESENCIAL SEGURO! QUEREMOS SEGURANÇA SANITÁRIA!”**

Como dito anteriormente, irei discorrer acerca dos enunciados e as relações dos discursos de poder relacionados às práticas educacionais, trazendo especificamente as regulamentações como discursos vinculados ao governo, identificando a relação de violências simbólicas (BOURDIEU, 2014) e de exercício de saber-poder (FOUCAULT, 2007). Como discorre Foucault, podemos denominar enquanto dispositivo de poder esta relação.

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1979, p. 244).

De acordo com o autor, o dispositivo de poder é operacionalizado em relação à circunstância de autorreprodução diante de um preenchimento estratégico, a partir de uma demarcação de seus componentes, em seguida demarcando sua natureza da relação entre estes elementos, ou seja:

[...] tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. (FOUCAULT, 1979, p. 244).

A concepção de dispositivo trazida foi pensada a partir do fato que Foucault (1979) discorre que tal dispositivo tem como função principal replicar uma urgência, tendo assim função estratégica correspondendo ao poder dominante. Partindo do significado de dispositivo, podemos compreender, a partir da teoria de Foucault, que as regulamentações “pandêmicas” se articulam na prática e tendem a se realinhar. Assim, através da narrativa de professoras e professores, é possível ver o modo que o dispositivo de poder está presente, residindo na autonomia e na autonomia hierárquica de poder na educação, pensando desde o estado, professora/professor ao estudante. O poder dominante proporciona e se relaciona à precarização no ambiente educacional, assim como com o modo que professoras e professores são vistas/os pelo resto da sociedade.

Em 16 de março de 2020,<sup>14</sup> a Prefeitura de Florianópolis determinou o início do período de quarentena e suspensão de aulas nas instituições de ensino público e privado. Medeiros e Anjos, em seu artigo “Doença, violência e racismo: a nova pandemia de coronavírus em Florianópolis/SC” publicado em 2020, discorrem sobre o impacto da pandemia na cidade.

No dia 16 de março, um novo decreto foi publicado com recomendações ao que se passou a identificar como "população de risco", uma suspensão de atividade em teatros, bibliotecas e cinemas, e uma série de recomendações aos servidores municipais em relação às suas rotinas de trabalho e a prestação de serviços, especialmente ao público da saúde e da assistência social. Com uma declaração de Situação de Emergência Publicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 17 de março, mais medidas tiveram que ser tomadas e em 18 de março, via outro decreto, a Prefeitura de Florianópolis determinou a suspensão das aulas em instituições de ensino público e privado [...] (MEDEIROS; ANJOS, 2020, p. 2).

O início da quarentena fez com que parecesse algo temporário, o que proporcionou a ideia de que duraria poucas semanas. Dessa forma, o planejamento das escolas se preparava para um retorno já eminente. Assim, tal momento foi visto como um breve período de “férias”. Contudo, após pouco mais de quatro meses de quarentena decretada, os últimos decretos estavam ficando ainda mais rígidos mediante o grande o número de casos em Florianópolis.

Dentre as reflexões referentes à volta às aulas, poucas eram as discussões além das proporcionadas pelos sindicatos em relação ao elevado número de demissões de professoras e professores. Como dito no capítulo anterior, entrevistei professoras/es de rede particular, e me informaram que o número de escolas particulares que estava fechando era grande e cresceu ao longo de 2020, pois as/os responsáveis sobre as/os estudantes estavam retirando suas filhas e filhos de escolas particulares e os realocando junto à Secretaria de Estado da Educação em escolas públicas e estaduais.

A partir do primeiro decreto em março, foram esperadas novas avaliações da situação pandêmica mediante o fato de que o decreto era prévio, com duração de 30 dias, para que novas colocações do governo estadual e municipal em outros decretos fossem publicadas, como situam as autoras. A Figura 10 demonstra o acompanhamento de casos de Covid-19 no sul da Ilha de Florianópolis, para ilustrações dos casos no meio do primeiro ano de pandemia.

---

<sup>14</sup> Desde então acompanho a organização dos sindicatos de Florianópolis e Santa Catarina das/os professoras/es sobre suas posições acerca do retorno presencial, sobre direitos trabalhistas, vacinação, ensino remoto, ensino híbrido e greve, sendo estes o Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina (SINEPE/SC); Sindicato dos Professores no Estado de Santa Catarina (SINPROESC); Sindicato dos Professores de Florianópolis (SINPROFPOLIS) e Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM).



Figura 10 – Imagem ilustrativa de tabela indicando o acompanhamento de casos de Covid-19 no sul da Ilha de Florianópolis<sup>15</sup>

**SUL DA ILHA - 29 /julho/2020**

Centro de Saúde	COVID-19 Confirmados	Doença Ativa	Recuperados	Óbitos
Fazenda do RT	98	49	48	1
Tapera	122	44	74	4
Carianos	83	36	47	--
Campeche	75	29	45	1
Rio Tavares	82	28	54	--
Morro das Pedras	41	24	17	--
Alto Ribeirão	32	13	19	--
Ribeirão	11	3	7	1
Armação	39	6	32	1
Pântano do Sul	20	11	9	--
Caieira	27	15	12	--
Canto da Lagoa	32	14	18	--
Lagoa da Conceição	102	38	61	3
Costeira	96	20	76	--
<b>total</b>	<b>860</b>	<b>330</b>	<b>519</b>	<b>11</b>

Fonte: sala de situação em <https://covidometrofloripa.com.br>

Fonte: Facebook Centro de Saúde Fazendo do Rio Tavares (2020).

Durante coletiva realizada no início de agosto, houve o lançamento da operação de retorno das aulas comandado pelo diretor da Defesa Civil Estadual, coronel João Batista Cordeiro Júnior, e pelo secretário de Estado da Educação, Natalino Uggioni e o secretário de Estado da Saúde, André Motta Ribeiro. Tivemos, assim, a apresentação do plano para retomada das atividades presenciais à comunidade escolar pelo governo do Estado. Foi definido primeiramente o retorno dos estudantes dos últimos anos da educação básica, como o Ensino Médio, Técnico e Profissionalizante, seguidos pelos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental até os anos iniciais, e, por último, estava previsto o retorno da educação infantil.

Em agosto de 2020, em Santa Catarina, os casos aumentaram e, portanto, as aulas foram mantidas suspensas até 12 de outubro de 2020,<sup>16</sup> como anunciado no dia 19 de agosto de 2020 pelo Secretário Estadual de Educação em reunião no dia anterior com a Secretaria da Saúde sobre o retorno das aulas. Até o momento desta coletiva, as aulas estavam suspensas até o dia 12 de outubro de 2020 e deveriam iniciar no dia 13 de outubro. O retorno se daria somente com a redução do número de casos de Covid-19 no estado de Santa Catarina, o que, segundo o Secretário da Educação, precisava estar estabilizado desde o final de setembro, ou seja, em torno de 15 a 20 dias antes do retorno previsto.

<sup>15</sup> Trago a tabela de casos do Sul da ilha pois quando realizei entrevistas com professoras e professores, a maioria residia no Sul da Ilha de Florianópolis no momento. Portanto, achei pertinente relacionar com o número de casos de julho de 2020, período de férias após início das aulas remotas, mas momento em que algumas professoras e professores iam presencialmente em suas escolas realizar alguma tarefa.

<sup>16</sup> A previsão era retomar o ensino gradativamente, de modo que primeiramente iria retornar o ensino médio, em seguida o fundamental e, por último, o infantil.

A previsão de retorno das aulas presenciais no estado era o dia 13 de outubro, a partir da adoção de medidas específicas. Para isso, inicialmente, iria ocorrer o retorno do ensino médio, seguido pelo ensino fundamental e, por último, o ensino infantil. De acordo com as colocações do Secretário de Educação do Estado, a rede estadual de educação contou com aulas de reforço para estudantes das turmas de 2º, 5º, 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio.

Em contrapartida, houve grande repercussão acerca do aumento da demissão de professores, principalmente das redes particulares, desde o início da pandemia, tendo maior ênfase após seis meses de quarentena. Deste modo, a associação de escolas particulares pediu para que fosse decidido o futuro acerca do retorno, dado o colapso financeiro das instituições, além de pedir auxílio financeiro ao município.

Localizada no estado de Santa Catarina, Joinville apresentava um protocolo de retomada para outubro de 2020, com rodízio de 30% das turmas de cada vez, retornando gradualmente com carga horária reduzida. A cidade iniciou o processo de testagem em servidores, diretores das escolas, e os servidores públicos municipais de Joinville e região apontavam as dificuldades para implantação na educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental.

O plano estadual de retorno se dava, primeiramente, pelos últimos anos da educação básica, como ensino médio, técnico e profissionalizante, em seguida pelos anos finais do fundamental até os anos iniciais e, por fim, o retorno da educação infantil.

Seu início prévio incluía a etapa de formação e treinamento dos profissionais da educação, pois seria necessário para a criação dos planos de ação e protocolos específicos de cada rede de ensino e escola.

Segundo o secretário, seguindo os protocolos estaduais, cada município criaria seus próprios protocolos a partir da participação de servidores das secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social (ou equivalente) e Fazenda ou Administração. Além disso, deveriam ser integrados também por profissionais e trabalhadores de educação, estudantes da Educação Básica, representantes das Comissões Escolares, das escolas das redes estadual e privada, bem como contaria com a participação dos conselhos municipal de Educação, dos direitos das pessoas com deficiência, da Alimentação Escolar, de Controle Social do Fundeb e de grupos de transportadores escolares (quando existirem).

As comissões escolares deveriam ser formadas por um gestor, representantes do quadro de professores, de alunos, das famílias dos alunos (quando aplicável), das entidades

colegiadas e de outros trabalhadores ligados à higienização, à área administrativa e à alimentação.

No fim de setembro de 2020, tivemos diversos anúncios referentes ao retorno das aulas no mês de outubro, sendo a primeira data dia 13, seguido do dia 19 e só podendo retornar em lugares com baixa gravidade. Mesmo “aptas” à gravidade de transmissão segundo o estado, diversas cidades de Santa Catarina se opuseram ao retorno.

Algumas escolas particulares de Florianópolis voltaram com atividades de educação física e artísticas presencialmente, já que foram liberadas tais atividades presenciais pelo estado e prefeitura em outubro de 2020. Enquanto isso, o fluxo turístico de Florianópolis foi ficando cada vez mais intenso.

Em novembro de 2020, houve grandes novidades na educação, incluindo o posicionamento da governadora Daniela Reinehr, apoiando de forma mais intensa o retorno presencial nas escolas, e o fato de o sindicato das escolas particulares ter ganhado na justiça o retorno presencial em lugares com risco grave e gravíssimo, sendo suspenso pouco depois pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Figura 11 – Imagem recuperada do Instagram Educação SC<sup>17</sup>



Fonte: Instagram Educação SC (2020).

Em novembro de 2020, as regiões de risco grave, escolas públicas e privadas tiveram a liberação para reabrirem. A atualização anunciada pela governadora e pelo comitê estratégico ampliava a autonomia dos municípios e reduzia as restrições estatais. Até o início de dezembro de 2020 no estado, três escolas de rede estadual retornaram às atividades presenciais com estudantes, e mais 20 realizavam Apoio Pedagógico Presencial para o 3º ano do ensino médio.

<sup>17</sup> A reportagem sobre a suspensão da liminar pela Justiça está disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/11/10/justica-suspende-liminar-sobre-volta-as-aulas-presenciais-em-escolas-particulares-de-sc.ghtml>

A não consulta as/os professoras/es para o retorno presencial resultou em grande discussão entre os sindicatos, sendo somente decidido por pessoas de alto escalão.

Figura 12 – Reportagem do veículo de comunicação NSC Total - Educação



Fonte: Igor (2020).

Porém, no dia 14 de novembro de 2020, um novo decreto estabelecia que nenhuma cidade de Santa Catarina em estado grave e gravíssimo poderia retornar para atividades de apoio pedagógico. Anteriormente, tal decisão impedia apenas lugares com situação gravíssima e permitia o retorno em lugares com risco alto a moderado.

No dia 14 de novembro, houve manifestação com carros organizada pela Associação de Escolas Particulares da Educação Infantil. Ao todo, 300 carros fizeram uma carreata da Beira-Mar de São José até a Agronômica (cerca de 11 km, da cidade vizinha de Florianópolis São José à Agronômica, em Florianópolis) pedindo o retorno das aulas.

O panorama da educação mudou constantemente em 2020 no estado e, principalmente, mediante à grande pressão política para que o retorno acontecesse, principalmente em um final de semana de eleições municipais.

Essas manifestações exigindo o retorno presencial das aulas se seguiram por semanas após a justiça ter cancelado o retorno presencial em todos os níveis de contágio. Com isso, novamente tivemos pronunciamentos da governadora Daniela Reinehr, dizendo para não se ter preocupações que haverá sim um retorno presencial. Além disso, foi realizada audiência pública dialogando sobre o retorno das aulas presenciais e um pronunciamento dizendo que, no final de semana, sairia uma resposta oficial.

Na Figura 13, sequencio a postagem do Instagram Educação/SC sobre o retorno presencial em Santa Catarina.

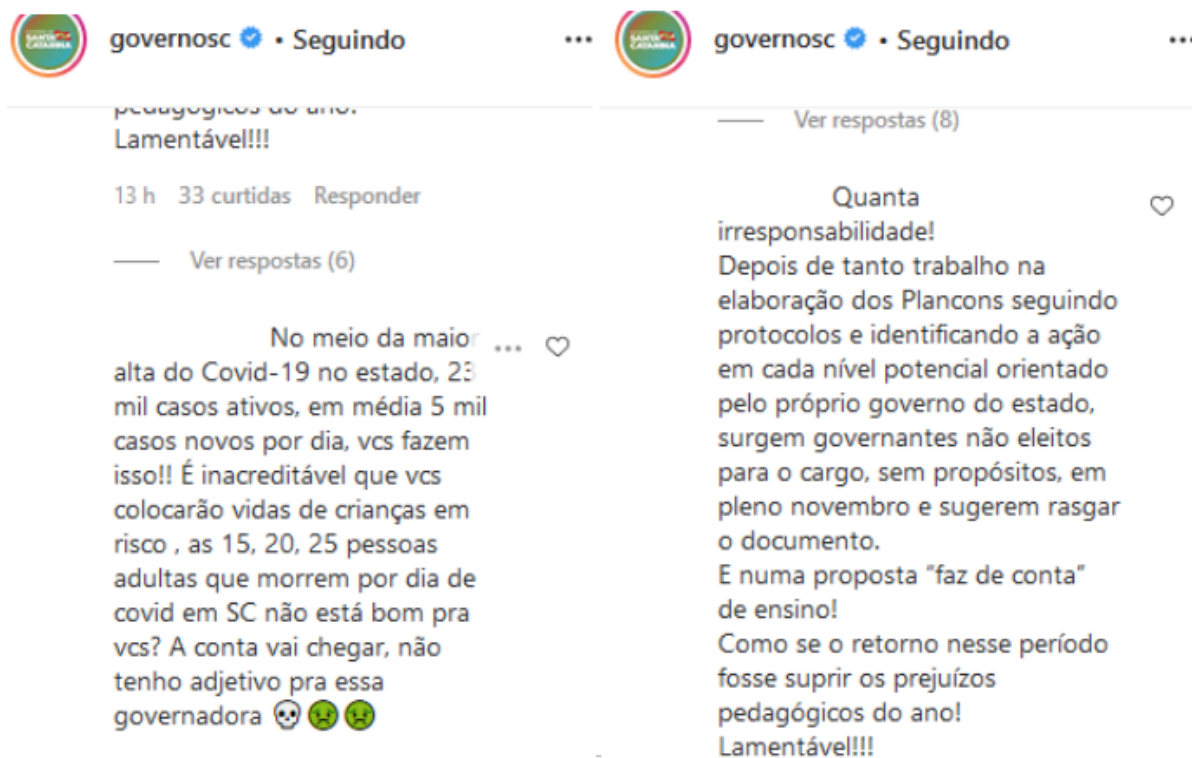
Figura 13 – Imagens do Instagram da Secretaria de Educação de Santa Catarina em relação à postagem da Portaria nº 900 de retorno às atividades presenciais, porém não aplicável às escolas de rede pública estadual



Fonte: Instagram da Secretaria de Educação de Santa Catarina (2020).



Em contrapartida às postagens, inúmeras pessoas comentaram em oposição à decisão, indo totalmente contra as manifestações no estado exigindo o retorno presencial (Figura 14).

Figura 14 – Captura de tela de comentários presentes na imagem anterior em relação ao retorno presencial, sendo ambos contrários ao retorno






Fonte: Comentários em publicação do Instagram da Secretaria de Educação de Santa Catarina (2020).

Figura 15 – Captura de tela dos comentários presentes na imagem anterior, em relação ao retorno presencial. Nesta captura, temos dois comentários contra o retorno, em contrapartida de dois a favor

 governosc  • Seguindo

Qual a necessidade de abertura de escola seja privada ou não, no momento de alta absurda e descontrolada da pandemia? Qual a necessidade de se iniciar o ano letivo em dezembro, podendo iniciar em fevereiro ou março, com um balanço melhor sobre essa alta que estamos tendo agora? Qual a dificuldade de as pessoas entenderem que volta as aulas não envolve somente seu filho e cuidados com ele..envolve coordenação, professores, serventes, auxiliares, motoristas, fornecedores de alimentos as escolas...e mil outros. Qual a dificuldade de pensarmos no coletivo e na saúde de TODOS,





 governosc  • Seguindo

As escolas particulares investiram \$\$ para adequar aos protocolos. Nada mais justo do que permiti-las abrir!!!

13 h 30 curtidas Responder

— Ver respostas (3)

Irresponsabilidade com os professores, equipe de apoio das escolas e familiares dos mesmos, o mesmo com os estudantes e suas famílias, se não conseguiram segurar os casos entre os adultos, não vão conseguir com as crianças. O negacionismo desse governo não tem limite

 governosc  • Seguindo

As crianças estão mais seguras na escola, do que em parques, interagindo com crianças que nem conhecem. As escolas estão preparadas, e as crianças que vem educadas de casa, obedecem aos protocolos e usam máscara. Se o bar pode abrir e vai quem quer, porque a escola não tem a mesmo livre arbítrio. Agora é uma escola de família. Tem criança que esta precisando brincar, sair de casa.

13 h 24 curtidas Responder

Fonte: Comentários em publicação do Instagram da Secretaria de Educação de Santa Catarina (2020).

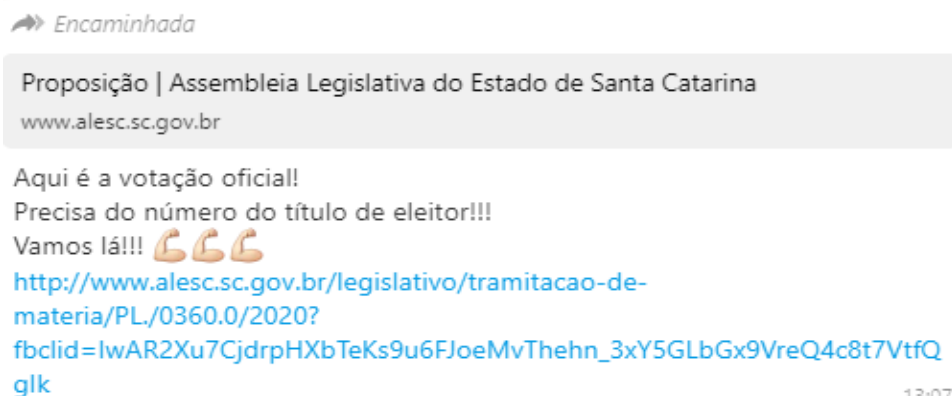
Ao ler tais comentários, vemos diferentes posições e modos de se posicionar, como discorre Foucault (1979), “[...] estratégias de relações de força, sustentando tipos de saberes e sendo por eles sustentadas”. A partir da prática divisora presente no dispositivo de poder, a partir da oposição de uma identidade sobre a outra, temos afirmação da primeira, nem que seja de sua existência. Ao se definir negativamente de modo a demarcar sua diferença, o outro é fundado pelo dispositivo. Deste modo, os comentários trazidos acima demarcam o poder sobre a identidade do governo e sua posição de retorno presencial, pois, segundo o autor, a dinâmica do dispositivo de poder se dá pela definição do dinamismo do ser em contraposição ao do outro.

Vendo alguns perfis, além de muitos pais e mães se posicionando, percebemos muitos professores e professoras contra o retorno e como é pequena a quantidade de mensagens de apoio e “alívio” com o retorno.

No final de novembro de 2020, o retorno presencial em relação à divulgação do mapa de gravidade de Santa Catarina mostrava, em sua maioria, estado grave, e três cidades em estado gravíssimo. Dias depois, o estado se modificou por completo, com apenas 3 regiões em estado gravíssimo, antes com 13 regiões, sendo Florianópolis um destes locais com um dos piores quadros de transmissão.

Com isso, tivemos a organização governamental para que as aulas, independente do contágio, fossem executadas no próximo ano, a partir de um projeto de lei para obrigar o retorno presencial, com apoio de mais de 20 deputados. Ou seja, o plano era que as aulas retornassem a todo custo no próximo semestre.

Figura 16 – Captura de imagem de mensagem com proposta de projeto para retorno obrigatório das aulas que circulava em grupos de WhatsApp de Florianópolis



Fonte: Grupo de WhatsApp (2020).

A captura da mensagem de WhatsApp de uma professora evidencia como diversos professores/as estavam sendo incentivados a votar a favor do projeto de retorno “a todo custo”,

como a própria notícia intitula: “Projeto para obrigar aulas presenciais” (Figura 16). Enquanto isso, no final de novembro de 2020, professoras/es continuavam a demarcar cada vez mais falas contra o retorno presencial.

O retorno do Governador Moisés no final de novembro de 2020, após seu afastamento, trouxe novidades na educação e a promessa de novas medidas de restrição, deixando claro que iriam contra as posições da vice. De fato, o governador realizou diversas trocas no governo até 30 de novembro. Sua vice, Daniela Reinehr, que assumiu seu lugar durante o afastamento<sup>18</sup>, defendeu fortemente o retorno um tanto quanto imediato das aulas presenciais, por dizer que não seria comprovado que o quadro de contágio poderia ser modificado com o retorno das aulas.

Durante nosso diálogo, Tulipa afirmou que não tinha esperança na retomada das aulas presenciais em 2021 e que tinha grande receio com a pressão para este retorno. Relatou se sentir muito aflita com as demandas tão intensificadas naquele final de ano, que mal havia iniciado, pensando que as aulas iriam se encerrar somente em 23 de dezembro de 2020.

Tivemos em dezembro de 2020, então, o decreto que revogava os anteriores, mas que mantinha outras medidas, como o distanciamento, uso do álcool, medição de temperatura e evitar o compartilhamento de materiais. Estudantes e profissionais do grupo de risco deveriam permanecer em atividade remota e as escolas deveriam manter rotina de orientação.

Ainda segundo o decreto, os responsáveis pelos estudantes podiam optar pela continuidade de atividades remotas, caso a unidade ofereça essa modalidade em 2021, a partir da assinatura de um termo de responsabilidade junto à instituição que teria validade de 15 dias. Em caso de mudança, o responsável deveria comunicar à escola.

Cada unidade de ensino da rede pública e privada deveria definir os critérios para alternar os grupos de estudantes nas unidades de ensino para ser mantido distanciamento de 1,5 metro em todos os ambientes.

Escolas localizadas em regiões de nível grave, risco alto e moderado, poderiam ter aulas presenciais, desde que seu plano de contingência tivesse sido homologado pela Secretaria de Estado da Educação e seguindo todas as regras sanitárias.

É importante enfatizar que cada sindicato tem posições próprias, por isso, foi necessário acompanhar sindicatos que se referenciavam tanto no estado como na capital ao se referir à educação, como suas falas serem relacionadas em diálogo com professoras e professores. Os sindicatos acompanhados durante o trabalho de campo foram o Sindicato das

---

<sup>18</sup> O Governador Carlos Moisés (2019 - 2022) foi afastado duas vezes do cargo após pedidos de impeachment, sendo o primeiro afastamento realizado pela investigação do aumento salarial dado aos procuradores de Santa Catarina.



Escolas Particulares de Santa Catarina (SINEPE/SC); Sindicato dos Professores no Estado de Santa Catarina (SINPROESC); Sindicato dos Professores de Florianópolis (SINPROFPOLIS); Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM); e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE/SC).

No dia 21 de julho de 2020, houve participação no Jornal do Almoço do canal RBS, com um representante do Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina (SINEPE/SC), acerca do retorno às aulas, trazendo uma reflexão da educação na totalidade, não somente de instituições particulares. O representante questionou a criação de protocolos, sendo estes realizados primeiramente para ambientes como academia e shoppings desde o início da pandemia.

Continuou seu questionamento pontuando sobre como os planos relacionados à educação foram postergados, apesar de enfatizar sobre como o retorno presencial às aulas estava sendo deixado de lado no ano de 2020. Por fim, ressaltou que a educação estava sendo sempre colocada em último lugar nas discussões de decisões referentes ao que é essencial em meio à pandemia.

Em agosto de 2020, me ative às informações promovidas pelas mídias a partir das coletivas realizadas com o Secretário da Educação junto ao Secretário da Saúde de Santa Catarina. No dia 09 de agosto de 2020, houve a coletiva com o Secretário de Educação de Santa Catarina, Secretário de Saúde de Santa Catarina e um Representante da Defesa Civil, onde houve o lançamento da operação de retorno das aulas comandado pelo diretor da Defesa Civil Estadual, coronel João Batista Cordeiro Júnior, e pelo secretário de Estado da Educação, Natalino Uggioni e o secretário de Estado da Saúde, André Motta Ribeiro.

Em 19 de agosto de 2020, acompanhei no período da manhã a entrevista do Secretário Estadual de Educação referente à reunião do dia anterior com a Secretaria da Saúde sobre o retorno das aulas. Foi acordado que as aulas estavam suspensas até o dia 12 de outubro de 2020, pois muitas cidades do estado estavam em situação gravíssima referente ao contágio de Covid-19.

O plano da Secretaria Estadual de Educação tinha como objetivo que todas as cidades tivessem o mesmo dia de retorno às aulas em redes estaduais, públicas e particulares. Para isso, todas as normas e regulamentações deveriam estar no mesmo nível e de acordo umas com as outras, como, por exemplo, os transportes estarem funcionando em todas as cidades para possibilitar o transporte das/os estudantes.

## CAPÍTULO 4 - VOLTA ÀS AULAS EM MEIO À LUTA

Neste capítulo, gostaria de trazer um pouco sobre um grupo focal que realizei este ano. Realizei este grupo focal em um sábado, no dia 26 de novembro de 2022, no período da manhã. Convidei seis professoras/es, mas, infelizmente, apenas três participaram, pois, os demais estavam doentes. Dentre esses, uma professora havia pegado Covid-19. Gostaria de ressaltar que tive como observante no grupo focal uma estudante de graduação de Ciências Sociais, que também realiza pesquisa sobre educação.

Para a elaboração e realização do grupo focal, me inspirei nos dizeres de Medeiros e Lucía (2018):

Para a realização dos grupos não partimos de nenhum conceito ou definição prévia do que seja reparação (ou os conceitos associados). Diferentemente, priorizamos nos apoiando em uma perspectiva etnográfica – que dá ênfase ao(s) ponto(s) de vista dos interlocutores – ouvir, indagar e nos aproximar dos sentidos e significados que eles mesmos apresentam na situação da pesquisa. Com essa perspectiva, a metodologia proposta teve como objetivo um espaço de interlocução no qual sugerimos algumas questões gerais que nos permitissem organizar e conduzir as conversas e, sobretudo, possibilitar a expressão de opiniões e pontos de vista por parte dos familiares. (MEDEIROS; EILBAUM, 2018, p. 56).

Como dito anteriormente, realizei o grupo focal em um sábado no período da manhã. Estava chovendo bastante e um leve friozinho, acordei antes das 8:00 horas para poder organizar tudo para o grupo focal tranquilamente e evitar imprevistos, já que ocorreria de forma completamente online via *Google Meet*. Para a organização do encontro, realizei o convite quase um mês antes, para encontrar uma possível data para todas/os participantes. O objetivo do grupo focal era ver como as vivências dialogavam a partir da própria percepção das/os professoras/es.

O grupo focal se iniciaria às 09:00 da manhã, e abri a sala online às 08:35. A professora Girassol, anteriormente citada no Capítulo 2, foi a primeira a entrar. Conversamos um pouco sobre coisas rotineiras para descontrair, o que me ajudou pois estava ansiosa por ser o primeiro grupo focal que mediava. Simultaneamente, enquanto conversava com Girassol, recebo a mensagem de uma professora que participaria avisando que havia positivado para Covid-19 e que pensava que talvez conseguiria participar, caso acordasse se sentindo melhor, mas, infelizmente, ela estava muito mal no dia.

Pouco antes das 09:00 horas, recebo a mensagem de Flor, avisando que logo mais entraria na sala, enquanto Crisântemo entrava na sala.

Iniciei o grupo focal às 09:05, falando um pouco sobre o andamento da pesquisa e sobre o que seria um grupo focal, já que ninguém havia participado de um e não sabia o que era. Em seguida, todas/os se apresentaram. O professor Crisântemo contou ser bacharel em Filosofia e estar encerrando a licenciatura, e dava aulas de Ensino Religioso. Em seguida, Flor se apresentou enquanto servidora municipal há 11 anos, sendo professora, auxiliar de ensino e pedagoga. Girassol disse ser formada em Ciências Sociais, professora da mesma escola desde 2011, enquanto professora de Sociologia e do Curso de Magistério, dando aula em 25 turmas.

A primeira questão norteadora foi sobre a organização de trabalho de 2020 a 2021, relacionada ao Plano de Contingência (Plancon). O professor Crisântemo começou relatando suas dificuldades com o ensino remoto ao retornar para o ensino presencial, observando que a estrutura era precária e os protocolos não eram respeitados e nem cumpridos.

Por consequência, o professor relatou que as/os estudantes estavam sem base educacional e em prejuízo. Segundo ele, as/os estudantes estão ansiosas/os, e os estímulos digitais entram em competição com a atenção das/os professoras/es.

Flor relatou que não houve diretrizes na Prefeitura Municipal de Florianópolis e reforçou a dificuldade de famílias com tecnologias da informação e comunicação, com coisas básicas como acesso ao e-mail, uma sala online ou até mesmo sala de informática aberta para auxiliar as mães e pais. Assim, houve participação, segundo Flor, de professoras/es para imprimir material de aula para estudantes.

Flor descreveu que, em 2021, não voltou ao retorno presencial por ser grupo de risco. Ressaltou que cada escola criou seu próprio Plano de Contingência, e quase que simultaneamente Crisântemo e Flor relataram a superlotação nas salas de aula. Flor mencionou o descaso por parte da Prefeitura de Florianópolis, e reforçou diversas vezes que se tratava de abandono. Ao longo do grupo focal, esta foi a palavra mais utilizada ao se referir aos acontecimentos na escola em relação à prefeitura, governo estadual ou governo federal. Tal fala me lembrou que tais regulações expressam uma distinção entre sujeitos de direito *versus* sujeitos negados (BUTLER, 2017), reforçando a exclusão em determinados discursos relacionados aos professores que se posicionavam e posicionam acerca de medidas na educação.

Com isso, utilizo a noção de enquadramentos<sup>19</sup> de Butler (2017) em relação aos discursos governamentais que negativam<sup>20</sup> professoras e professores como servidores vinculados à educação, relacionados ao discurso e à produção de “violências simbólicas” (BOURDIEU, 2014) e poder (FOUCAULT, 2007). Podemos ter como exemplo de um discurso de enquadramento (BUTLER, 2017) a fala do deputado federal Ricardo Barros (Progressistas), líder do governo na Câmara dos Deputados em 2021,<sup>21</sup> ao discorrer que as/os professoras/es não queriam trabalhar e que não havia razão nenhuma para isto.

Flor disse que os conflitos entre estudantes viraram algo extremamente recorrente em sua escola, aumentando cada vez mais, dizendo que é como se “não soubessem mais socializar/relacionar”. Continuou dizendo que a ansiedade, depressão e compulsão com o curso da tecnologia, o déficit educacional é grande, causando um abismo no aprendizado.

Já citei em outro capítulo algo que Flor ressaltou novamente no grupo focal que o que “mais pega” é a alfabetização das/os estudantes. Girassol entrevistou trazendo um pouco de sua realidade. É importante ressaltar que Girassol é professora de uma escola estadual de grande referência em Florianópolis, então disse que houve interferência entre decretos de Florianópolis e Santa Catarina.

Disse que, apesar do Estado ter decretado o ensino remoto depois da Prefeitura de Florianópolis, ela possuiu mais estrutura, e afirmou que a geração que leciona “pulou o notebook”, do caderno para o *smartphone*, diferenciando do período em que pessoas já iniciam desde cedo o uso de tecnologia para aqueles que aprenderam depois de adultos. Temos assim diferentes realidades entre como foi lidar com o ensino neste período, sendo impresso, remoto pelo *Google Classroom*, *Meet* ou outros.

Todas/os estudantes foram aprovados em 2020 se realizassem nem que fosse uma atividade em uma disciplina. Girassol disse que percebeu que muitos estudantes estavam infantilizados, que geravam conflito e confusão entre os próprios estudantes, dizendo que isto se referia ao modo como a saúde mental foi afetada, causando síndrome do pânico. Gostaria de ressaltar que ela não foi a única professora do grupo focal a relatar os inúmeros casos de ataques

---

<sup>19</sup> Judith Butler (2017) discorre o conceito de enquadramento a partir do que o poder situa às vidas que são reconhecíveis enquanto vidas as delimitando, ou seja, aqueles que sua existência têm reconhecimento diferenciado. Onde se tem, assim, uma diferenciação de vidas por hierarquias que pensa o sujeito a partir de normas e valores morais, produzidos, reproduzidos e deslocados para significar sujeitos para destacar as diferenças e produzir desigualdades entre estes.

<sup>20</sup> Neste momento, me refiro a diversas circulações midiáticas com discursos difamatórios e negativos em relação aos profissionais da educação que se posicionavam contrários a determinadas regulamentações.

<sup>21</sup> A reportagem sobre a fala do deputado está disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-ratier/2021/04/26/criticar-professor-e-a-nova-cortina-de-fumaca-do-governo.htm>

de pânico de estudantes nas salas de aula desde o primeiro dia de retorno 100% presencial em 2022.

Flor relatou que houve 9 professoras/es afastados com Covid-19 em 2022, além de um afastamento entre professoras/es, dada a grande demanda emocional sentida por cada uma/um, dizendo que algumas/uns iniciaram com terapia para ajudar, assim como medicação. Além disso, disse que percebeu o mesmo que Girassol em relação as/os estudantes pularem etapas, indo do caderno diretamente e somente para o celular.

Girassol também relatou que o conflito de professoras e professores em sua escola está bem denso, principalmente porque houve muitos casos de denúncia de assédio sexual contra um professor. Crisântemo disse que em sua escola também apareceram muitos casos de assédio sexual.

Pensando nas narrativas destas/es professoras/es, como discorre a antropóloga Sônia Maluf (1999) em “Antropologia, narrativas e a busca de sentido”, trata-se da dimensão pessoal e subjetiva presente em narrativas, demonstrando que o falar sobre si enquanto traz uma afirmação sobre si e de uma demarcação simbólica acerca de sua identidade, trazida pela autora através das análises sob as estruturas de discursos, a partir da dimensão pessoal e subjetiva é modificado pela experiência individual e coletiva.

Através de seus dizeres, me deparei não somente com vivência das/os mesmas/os, mas o modo que enxergam a dificuldade e se preocupam neste momento com as/os seus estudantes. Assim, como discorre Sônia Maluf (1999), em meio aos diálogos são as professoras e os professores, discorrem sobre si e a narrativa de si, mas sobre como enxergam outras vivências nesse caso, de seus estudantes, trazendo diferentes demarcações referentes às narrativas e acerca da profundidade do discurso, diante das possíveis versões que uma mesma histórica pode ter.

De acordo com Veena Das (2020), na etnografia, não veremos testemunhos objetivos dos eventos, pois é feita a partir das experiências dos limites do sujeito. O mesmo ocorre com tais narrativas. Descreve, assim, o que acontece consigo, aos sujeitos ao seu redor e o mundo em relação às memórias e vivências, em consequência à realidade pandêmica, houve uma adequação forte, com professoras/es utilizando as redes sociais para expor tais descrições, como mostrado no Capítulo 2. Tais descrições em meio às redes sociais, mediante ao já conversado com minhas interlocutoras e meus interlocutores, vêm acompanhadas de objetivos, dentre eles, eternizar o que está acontecendo com a educação em meio à pandemia, assim como a realidade daqueles que têm a educação entranhada a ela, como demonstrar a outras pessoas a realidade de como está sendo dar aula durante uma pandemia mundial.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa realizada por mim desde 2020, analisei as regulamentações acerca da educação em Florianópolis a partir das vivências de professoras e professores da rede pública. Percebo que este campo ainda necessita de continuidade para compreender o que constituiu tais vivências a partir de outras instituições, ou seja, entender a constituição das regulamentações a partir da organização dos envolvidos em suas elaborações. Sendo assim, realizei uma etnografia com docentes em meio à pandemia de Covid-19, um momento histórico ímpar, demonstrando assim seus efeitos na educação.

Além disso, evidenciei problemáticas referentes às precarizações já existentes na educação, e pontos que mostram que tais impactos influenciam a longo prazo na educação. Sendo assim, o trabalho contribuiu para evidenciar, a partir de um diálogo entre vivências de professoras e professores com regulações, o modo que tais precarizações influenciaram no dia a dia da educação, como modos que professoras e professores agiram para conseguir lidar com tais precarizações.

Diante das demandas apresentadas pelo campo nestes anos, principalmente no decorrer do segundo ano de formação, houve necessidade de tratar de forma mais densa (GEERTZ, 1978) sobre as estruturas das regulamentações e posicionamento das regulamentações, a partir de um diálogo com as instâncias de representações educacionais. As instituições foram a Secretaria Estadual de Educação (SED), Secretaria Municipal de Educação, Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM), Sindicato dos Trabalhadores da Educação Estadual de Santa Catarina (SINTE-SC), União Catarinense de Estudantes (UCE)<sup>22</sup> e a União Catarinense de Estudantes Secundaristas (UCES)<sup>23</sup>.

Essas instituições apareceram recorrentemente nas pesquisas, a partir do modo que o campo foi sendo realizado, e porque representam diferentes instâncias de extremo significado<sup>24</sup> de estratégia política, atuação, diálogo com o governo e mobilização social para a educação catarinense.

---

<sup>22</sup> A União Catarinense das e dos estudantes (UCE), apresentada como a maior representação das/os estudantes do estado de Santa Catarina (SC), filiada à União Nacional dos Estudantes (UNE). A UCE completa 73 anos de existência. Mais informações estão disponíveis em: <https://www.ucenarua.org/>.

<sup>23</sup> A União Catarinense de Estudantes Secundaristas (UCES) tem 66 anos de atuação e é filiada à União Brasileira das/os Estudantes Secundaristas (UBES).

<sup>24</sup> Tal significado faz parte de uma teia de significados a partir das regulações educacionais, sendo a educação símbolo deste significado, regendo os acontecimentos acerca deste significado, mudando os modos que a educação é vista. (GEERTZ, 1973).

Meu interesse se dá, assim, pelo *modus operandi* relacionado à educação na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina, assim como à precarização na educação enfatizada em meio à pandemia de Covid-19. Compreendo que a agência do estado, sendo um mecanismo de poder (BOURDIEU, 2014) sobre a escola que se trata de uma instituição total social (GOFFMAN, 1974), afeta quem interage nas relações cotidianas no contexto educacional. Como discorre Veena Das (2020), a Covid-19, enquanto evento crítico, rompe a vida cotidiana e faz com que a recriemos. Penso, assim, na recriação da educação a partir de demandas que foram sendo apresentadas, mas que se originam a partir de uma precarização já existente na educação.

Em vista das pesquisas realizadas, esta pesquisa pode complementar a triangulação entre instituição escolar, sujeitos pesquisados e pesquisadores (PINHO, 2018), compondo parte do cenário que se encontra carente de dados a partir da visão da própria instância institucional. Esta dissertação se desenvolve na descrição e análise dos efeitos políticos em diálogo com a dimensão sensível a partir da representação de professoras e professores em sindicatos, como de representações estudantis que evocam dos acontecimentos em relação à educação.

Através de uma continuidade da pesquisa do mestrado foi percebida a necessidade de ampliação do objeto de pesquisa como de interlocução, para incluir e compreender determinadas lacunas deixadas. Dentre esses, o silêncio inicial em relação à educação no início da pandemia em mídias sociais e televisivas ou como a constituição das regulamentações educacionais foram iniciadas após pouco mais de seis meses do início do *lockdown*.

Pensar as violências simbólicas (BOURDIEU, 2014) e relações de poder (FOUCAULT, 2007) no ambiente escolar, através da compreensão de enunciados, relações dos discursos relacionados à prática, nos possibilita pensar as economias morais (FASSIN, 2018), nos regimes de valores e afetos relacionados ao ambiente escolar e às resoluções de regulamentação.

Como discorre Osmundo Pinho (2016), entre as contradições e disputas que nós, antropólogos e etnógrafos, devemos nos meter; neste caso, especificamente, entre as regulamentações governamentais junto às posições institucionais, além do que já foi pesquisado que se trata das vivências de professoras e professores.

A importância de se trazer em diálogo as falas e posições das/os próprias/os representantes destas instituições, como escreve Alencar (2021), se dá pelo fato de que ocupar determinado lugar dentro de uma instituição possibilita, além do conhecimento acerca desta instituição, ter um olhar sobre sua própria constituição de sujeito, assim como a constituição da própria instituição.

Com base nesse referencial teórico, busquei entender a perspectiva dessas representações institucionais para, a partir disso, compreender como são afetadas e descrever tais aspectos de funcionamento da educação na Grande Florianópolis.

Ao analisarmos as repercussões midiáticas de jornais, órgãos governamentais, instituições e representações educacionais em relação às posições e de perfis de órgãos governamentais de Santa Catarina, dos sindicatos e das representações educacionais no Instagram ou também a condução do discurso, a escolha de palavras ao se referir à educação em meio à pandemia, o autor Gell (1988) denomina “Tecnologia de Encantamento”. Tal denominação está relacionada a uma série de técnicas psicológicas, de influência sobre os pensamentos dos seres humanos, uns sob os outros.

Estas estratégias técnicas — que são, naturalmente, praticadas reciprocamente - exploram preconceitos psicológicos inatos ou derivados para encantar a outra pessoa e levá-la a perceber a realidade social de uma forma favorável aos interesses sociais do feiticeiro. [...] A inteligência superior se manifesta nas estratégias técnicas de encantamento, das quais depende a mediação da vida social. A manipulação do desejo, do terror, da maravilha, da cupidez, da fantasia, da vaidade, uma lista inesgotável de paixões humanas, oferece um campo igualmente inesgotável para a expressão da ingenuidade técnica. (GELL, 1988. p.3).

Há dois anos, realizo pesquisa neste campo em virtude do contato já concretizado, e também realizo o acompanhamento da rede social destas instituições, o que me proporciona ver diferentes posicionamentos. Tenho ciência de como o material está relacionado às regulamentações em relação aos diferentes períodos da pandemia, como a necessidade constante de adaptação às restrições educacionais.



## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Alexandra Eliza Vieira. **Re-existências: notas de uma antropóloga negra em meio a concursos públicos para o cargo de magistério superior**. *Revista de Antropologia*, v. 64, n. 3, 2021. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189647>.
- BARTLETT, Lesley; TRIANA, Claudia. **Antropologia da Educação: introdução**. *Educação e Realidade*, v. 45, n. 2, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/99887>. Acesso em: 23 dez. 2022.
- BOELLSTORFF, Tom. **Placing the virtual body: Avatar, Chora, Cypherg**. *In: A companion to the anthropology of the body and embodiment*. New York: Wiley, 2011. pp. 504-520.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2014.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CESARINO, Letícia. **Como vencer uma eleição sem sair de casa: A ascensão do populismo digital no Brasil**. *Revista Internet & Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 91–120, 2020.
- DAS, Veena. **Vida e palavras: A violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.
- DURKHEIM, Émilie. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo. Martins Fontes.2000.
- FASSIN, Didier. **Introdução: a questão moral em antropologia**. *In: FASSIN, Didier. A questão moral: uma antologia crítica*. Campinas: Editora Unicamp, 2018.
- FONSECA, Claudia. **O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”**. *In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta (Org.). Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. pp. 205-227.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973.
- GELL, Alfred. **Technology and magic**. *Anthropology Today*, v. 4, n. 2, p. 6–9, 1988. <https://doi.org/10.2307/3033230>.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. *Revista Brasileira de Política e Administração em Educação*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 109–121, 2011. <https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19971>.

GUEDES, Simoni Lahud. **Por uma abordagem etnográfica dos contextos pedagógicos**. *In: GUEDES, Simoni Lahud; CIPINIUK, Tatiana Arnaud. Abordagens etnográficas sobre educação: adentrando os muros das escolas*. Niterói: Alternativa, 2014. pp. 184–189.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Antropologia, estudos culturais e educação: desafios da modernidade**. *Pro-Posições*, v. 19, n. 3, p. 47–82, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000300004>.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Antropologia e educação: um campo e muitos caminhos. Linhas Críticas**, Brasília, v. 21, n. 44, p. 19–37, 2015.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

INGOLD, Tim. **Antropologia e/como educação**. 1. ed. Coleção Antropologia. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

IGOR, Renato. **Governo cumpre decisão judicial e libera aulas em escolas particulares em regiões de risco gravíssimo**. *NSC Total – Educação*, 2020. Disponível em: <https://www.nscototal.com.br/colunistas/renato-igor/governo-de-sc-libera-aulas-em-escolas-particulares-em-regioes-de-risco>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MALUF, Sonia. **Antropologia, narrativas e a busca de sentido**. *Horizontes Antropológicos*, v. 5, n. 12, p. 69–82, 1999. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831999000300005>

MEDEIROS, Flavia; ANJOS, Priscila dos. **Doença, violências e racismo: a pandemia do novo coronavírus em Florianópolis/SC**. *Ponto Urbe*, v. 27, 2020. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.9502>.

MEDEIROS, Flavia; EILBAUM, Lucia. **“A tal reparação”: Moralidades e emoções do ponto de vista de familiares de vítimas letais**. *In: Reparação como política: Reflexões sobre as respostas à violência de estado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 2018.

OLIVEIRA, Elida. **Retrospectiva 2020: aulas remotas, troca de ministros, novo Fundeb e erros na correção e adiamento do Enem marcam o ano na educação**. *G1 Educação*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/12/13/retrospectiva-2020-aulas-remotas-troca-de-ministros-novo-fundeb-e-erros-na-correcao-e-adiamento-do-enem-marcam-o-ano-na-educacao.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ORTNER, Sherry B. **Poder e Projetos: Reflexões sobre a agência.** In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry. Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2006. pp. 45–80.

ORTNER, Sherry B. **Subjetividade e crítica cultural.** Horizontes Antropológicos, v. 13, n. 28, p. 375–405, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832007000200015>.

PASSOS, Joana Celia. **Professores na educação de jovens e adultos: Inserção, precarização e formação continuada.** ECCOS - Revista Científica, v. 1, n. 47, p. 273–288, 2018. <https://doi.org/10.5585/eccos.n47.5887>.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método.** Horizontes Antropológicos, v. 20, n. 42, p. 377–391, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>.

PINHO, Osmundo. **Etnografia e emancipação: desafios antropológicos na escola pública.** Seminário Interno 1.2, Cachoeira, 9 de junho de 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/26063846/Etnografia\\_e\\_Emancipa%C3%A7%C3%A3o\\_Desafios\\_Antropol%C3%B3gicos\\_na\\_Escola\\_P%C3%BAblica](https://www.academia.edu/26063846/Etnografia_e_Emancipa%C3%A7%C3%A3o_Desafios_Antropol%C3%B3gicos_na_Escola_P%C3%BAblica).

PINHO, Osmundo. **Etnografia e emancipação: descolonizando a antropologia na escola pública.** In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. pp. 341–360.

SANTOS, Jason Gomes Rodrigues. **Escola e Instituição Total: Aproximações e distanciamentos na escolarização de crianças.** 2021. Tese (Doutorado em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021.

SEGATA, Jean. **A pandemia e o digital.** Revista Todavia, v. 7, n. 1, p. 7–15, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TAMBIAH, Stanley. **O poder mágico das palavras.** In: Cultura, pensamento e ação social: uma perspectiva antropológica. Petrópolis: Vozes, 1985. pp. 27–70.

VERANI, Alana Pacheco dos Reis. **Tornando-se mães e antropólogas: uma etnografia sobre experiências que desafiam ideais de maternidade e ciência.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.